

Acelerando a Implementação de Abordagens de Paisagem e Jurisdicionais

Desafios globais e recomendações de políticas públicas

Novembro 2023



Prefácio

Numa época marcada por desafios ambientais sem precedentes e cada vez mais ligados ao desenvolvimento socioeconômico, a urgência da adoção de estratégias inovadoras e inclusivas para o desenvolvimento sustentável nunca foi tão evidente. Face a problemas complexos como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e as desigualdades sociais, torna-se cada vez mais claro que as abordagens fragmentadas e as intervenções isoladas só podem oferecer soluções limitadas.

A necessidade do momento é projetar e implementar soluções holísticas, integradas e escaláveis que transcendam empresas, setores econômicos e jurisdições individuais. Nesse esforço, as abordagens de Paisagem e Jurisdicionais (LA/JAs – Landscape and Jurisdictional Approaches, em inglês) surgiram como um raio de esperança que prometem um caminho para um futuro resiliente e próspero.

As LA/JAs exigem uma mudança fundamental na forma como vemos e tratamos os desafios ambientais e socioeconômicos. Em sua essência, essas abordagens defendem a integração de esforços em paisagens geográficas e jurisdições administrativas. Ao reconhecer a interdependência dos sistemas ecológicos e humanos, as LA/JAs oferecem uma oportunidade única de equilibrar as aspirações de desenvolvimento com as necessidades de conservação e inclusão social.

Os múltiplos benefícios da adoção de LA/JAs incluem a otimização do uso de recursos, a promoção do gerenciamento sustentável da terra e a redução da pressão sobre ecossistemas frágeis. Além disso, as LA/JAs podem fortalecer as comunidades e as partes interessadas locais e promover processos participativos de tomada de decisão que atendam às necessidades e às aspirações dos diferentes agentes. Por fim, as LA/JAs têm potencial para abrir novos caminhos para parcerias público-privadas, atrair investimentos e facilitar a expansão de intervenções bem-sucedidas.

Este policy brief chama a atenção para os desafios dos ambientes de políticas internacional, nacional e subnacional para desbloquear os benefícios das LA/JAs e permitir o seu desenvolvimento e implementação acelerados. Um foco particular está nos estudos de caso regionais do Brasil e da Indonésia, dois países que têm o maior número de iniciativas de LA/JAs divulgadas na plataforma do CDP. Em seguida, serão descritas as ações políticas necessárias que são fundamentais para superar os obstáculos e desafios que podem impedir a adoção acelerada de LA/JAs.

Este policy brief convoca os formuladores de políticas públicas em todos os níveis para, entre outras coisas, apoiar o reconhecimento formal e explícito das LA/JAs, desenvolver estruturas de políticas integradas que facilitem a implementação das metas de sustentabilidade de longo prazo das paisagens e jurisdições, acelerar o desenvolvimento e a implementação de políticas econômicas e incentivos financeiros que são fundamentais para a longevidade das LA/JAs e criar plataformas de monitoramento e avaliação sólidas e transparentes.

A mudança para abordagens mais holísticas e integradas não está livre de complexidades, mas os possíveis benefícios superam em muito os desafios. Como nos encontramos num momento crítico na nossa jornada para um futuro sustentável e inclusivo, as LA/JAs oferecem um caminho promissor a seguir. Ao alinhar as nossas políticas com estes paradigmas prospectivos, podemos aproveitar o poder da ação coletiva e provocar mudanças positivas que transcendem fronteiras e garantem um planeta próspero por muitas gerações.



Thomas Maddox

Diretor, Florestas e Terra, CDP



Índice

- 02 Prefácio**
- 05 Sobre este relatório**

- 07 O contexto internacional**
- 08 Presença de LA/JAs em acordos ambientais internacionais
- 11 Até que ponto estas políticas influenciam a implementação e a elaboração das LA/JAs
- 12 Presença de LA/JAs em iniciativas transnacionais e como elas influenciam a adoção e a elaboração de LA/JAs

- 16 Estudos de caso regionais do Brasil e da Indonésia**
- 18 LA/JAs nos ambientes de políticas nacionais
- 24 Estruturas de políticas subnacionais e programas de LA/JAs

- 35 Desafios para a adoção das LA/JAs**

- 40 Recomendações para formuladores de políticas públicas**

- 44 Anexos**
- 45 Anexo I: Referências relacionadas com LA/JAs de acordos ambientais internacionais
- 47 Anexo II: Mecanismos de acordos ambientais internacionais que influenciam a adoção de LA/JAs
- 49 Anexo III: Iniciativas transnacionais lideradas por organizações e governos internacionais, regionais ou nacionais que auxiliam e possibilitam o projeto e a implementação de LA/JAs

Aviso importante

O conteúdo deste relatório pode ser utilizado por qualquer pessoa desde que seja dado o devido reconhecimento ao CDP. Isso não representa uma licença para revender nenhum dos dados relatados ao CDP ou aos autores contribuintes e apresentados neste relatório. Se você pretende revender qualquer conteúdo deste relatório, você precisa obter permissão expressa do CDP antes de fazê-lo. O CDP preparou os dados e a análise deste relatório com base nas respostas à solicitação de informações do CDP 2022. Nenhuma representação ou garantia (expressa ou implícita) é dada pelo CDP quanto à precisão ou integridade das informações e opiniões contidas neste relatório. Você não deve agir de acordo com as informações contidas nesta publicação sem obter aconselhamento profissional específico. Na medida permitida por lei, o CDP não aceita ou assume qualquer responsabilidade, ou dever de cuidado por quaisquer consequências

de você ou qualquer outra pessoa agindo, ou abstendo-se de agir, com base nas informações contidas neste relatório ou em qualquer decisão baseada nele. Todas as informações e opiniões aqui expressas pelo CDP são baseadas em seu julgamento no momento deste relatório e estão sujeitas a alterações sem aviso prévio devido a fatores econômicos, políticos, setoriais e específicos da empresa. Comentários de convidados incluídos neste relatório refletem as opiniões de seus respectivos autores; sua inclusão não é um endosso deles. O CDP, suas firmas ou empresas afiliadas, ou seus respectivos acionistas, membros, sócios, diretores, conselheiros, executivos e/ou funcionários, podem ter uma posição nos valores mobiliários das empresas aqui discutidas. Os valores mobiliários das empresas mencionadas neste documento podem não ser elegíveis para venda em alguns estados ou países, nem adequados para todos os tipos de investidores; o seu valor e os rendimentos que produzem podem flutuar e/ou ser afetados adversamente pelas taxas de câmbio. 'CDP' refere-se à CDP North America, Inc, uma organização sem fins lucrativos com status de caridade 501(c)3 nos EUA e CDP Worldwide, uma instituição de caridade registrada número 1122330 e uma empresa limitada por garantia, registrada na Inglaterra número 05013650.

Sobre este relatório

As abordagens de Paisagem e Jurisdicionais (LA/JAs - Landscape and Jurisdictional Approaches, em inglês) fornecem uma estrutura de gestão que pode integrar as ações de múltiplas partes interessadas dentro de uma paisagem ou jurisdição (geralmente a nível subnacional) para abordar as causas sistêmicas do desmatamento e da degradação dos ecossistemas que não podem ser adequadamente endereçadas ao nível de projeto individual ou da cadeia de suprimento de uma empresa.

Elas são cada vez mais apoiadas por agentes públicos e privados dentro de estratégias de gerenciamento holístico que alinham várias partes interessadas, tipos de uso da terra, funções ecológicas e objetivos de desenvolvimento sob uma visão comum e específica de sustentabilidade. As LA/JAs têm o potencial de maximizar a contribuição do setor privado para as metas ambientais e proporcionar vários benefícios socioambientais e econômicos, inclusive;



Resiliência às mudanças climáticas



Melhoria dos meios de subsistência e das condições para o bem-estar humano



Adaptação e mitigação



Conservação e aprimoramento dos serviços ecossistêmicos

Para o setor privado, as LA/JAs podem ajudar as empresas a cumprirem seus compromissos de não desmatamento e outros compromissos de conservação e, ao mesmo tempo, alinhar suas metas com as políticas ambientais de governos subnacionais, além de lhes dar a oportunidade de identificar possíveis riscos na cadeia de suprimentos e fortalecer os esforços de rastreabilidade, monitoramento e verificação das commodities de risco florestal. A ação coletiva em direção às LA/JAs pode proporcionar benefícios coletivos a longo prazo, promover impactos em grande escala e construir ecossistemas, comunidades e empresas resilientes¹. Contudo, os dados do CDP mostram que, embora o envolvimento empresarial nas LA/JAs esteja aumentando, ele continua com baixa robustez.



A ação coletiva em direção às LA/JAs pode proporcionar benefícios coletivos a longo prazo, promover impactos em grande escala e construir ecossistemas, comunidades e empresas resilientes.

¹ [Collective action: Corporate engagement in landscape and jurisdictional approaches](#)

As estruturas de políticas de apoio são um dos elementos essenciais necessários para uma ação ambiental eficaz e para a promoção de parcerias público-privadas em larga escala. Isto é particularmente verdadeiro para abordagens emergentes como as LA/JAs, que dependem de regulamentação em vários níveis, fortes compromissos governamentais, estruturas formais e compromissos para apoiar e criar um ambiente propício ao diálogo, negociação e acordos para implementação.

As políticas a nível global, nacional e subnacional são interdependentes e a sua influência umas sobre as outras precisa ser compreendida para mostrar, entre outras coisas, como os governos em diferentes níveis podem criar as condições para implementar projetos e programas das LA/JAs e aumentar a participação empresarial neles.



Neste policy brief, o CDP traz insights sobre as maneiras pelas quais as políticas ambientais internacionais e as iniciativas transnacionais influenciam a elaboração e implementação das LA/JAs, examinando:

- ▼ Como os acordos ambientais internacionais tratam das LA/JAs e de conceitos relacionados.
- ▼ Como as iniciativas transnacionais multilaterais influenciam a elaboração e implementação das LA/JAs.

Ele também traz insights sobre como as políticas nacionais e subnacionais influenciam a adoção e a implementação de programas de LA/JA, apresentando estudos de caso do Brasil e da Indonésia que destacam o seguinte:

- ▼ Políticas ambientais que facilitam a adoção das LA/JAs nesses países, destacando as oportunidades de engajamento corporativo nas LA/JAs.
- ▼ Os desafios e as oportunidades decorrentes dos programas de LA/JAs que estão sendo elaborados e implementados em jurisdições subnacionais no Brasil e na Indonésia.

Com base nesses insights, o documento fornecerá recomendações para os formuladores de políticas públicas sobre como acelerar a adoção das LA/JAs.

O contexto internacional



O contexto internacional

Os acordos ambientais internacionais estabelecem princípios, normas, regras e, idealmente, objetivos que influenciam as decisões políticas dos governos e de outras partes interessadas. Essa influência ocorre de diferentes maneiras e com graus variados de intensidade, dependendo da questão abordada no acordo, da economia política do problema em questão e da forma como cada país internaliza ou não as disposições do acordo, entre outras variáveis. Por esta razão, uma análise da forma como os acordos ambientais internacionais abordam questões ambientais específicas pode fornecer informações sobre por que e como os governos estão respondendo às questões ambientais que reconhecem e pretendem abordar.

Além dos acordos ambientais, as iniciativas transnacionais multilaterais que abordam aspectos mais específicos de questões ambientais mais amplas, fornecendo conhecimento, orientação, normas e outras formas de apoio às partes interessadas, também influenciarão a forma como as políticas são concebidas e implementadas. Devido ao seu foco temático mais específico, essas iniciativas às vezes têm uma influência mais direta na formação de uma política, como será mostrado a seguir.

Presença de LA/JAs em acordos ambientais internacionais

De modo geral, há uma falta de referências explícitas às LA/JAs em acordos e declarações ambientais internacionais relevantes (vide Anexo I para uma avaliação detalhada desses acordos e declarações). Há um maior reconhecimento de outras abordagens colaborativas e de larga escala que são conceitualmente semelhantes às LA/JAs, como a Adaptação Baseada em Ecossistemas (EbA)², REDD+ Jurisdicional e Gestão Integrada da Paisagem. Somente requisitos muito gerais para a participação e a promoção de parcerias público-privadas podem ser identificados.

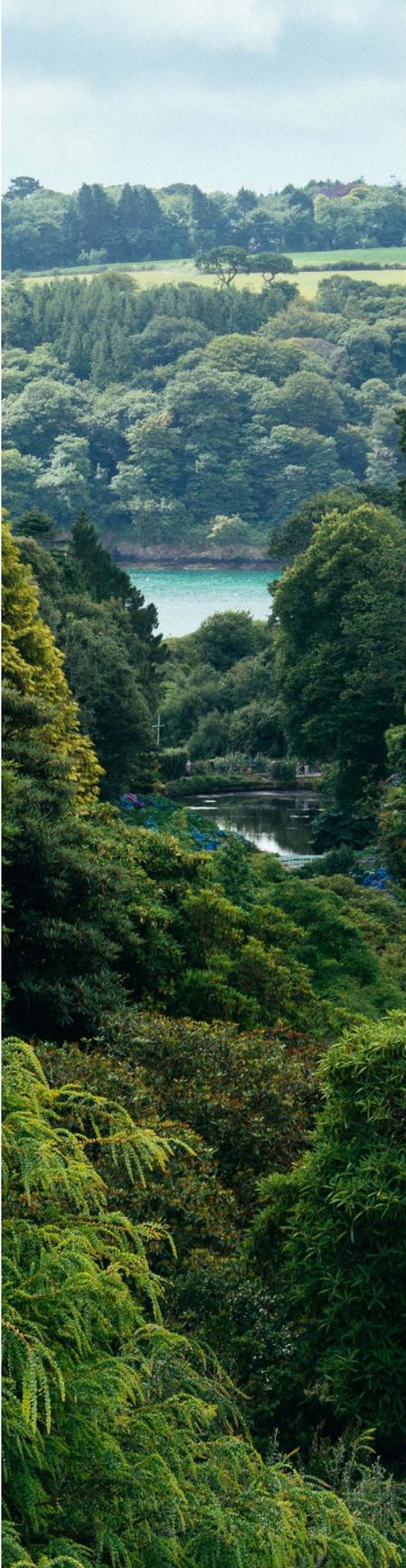
Embora as LA/JAs não sejam explícita e formalmente reconhecidas em acordos ambientais internacionais, as suas referências a conceitos conceitualmente semelhantes sugerem que as LA/JAs contribuem para a implementação bem sucedida de muitos dos objetivos estabelecidos nos acordos.

A **Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB)** promove abordagens ecossistêmicas como o quadro central de implementação para alcançar os seus objetivos. As abordagens ecossistêmicas colocam maior ênfase em uma “gestão integrada da terra, da água e dos recursos vivos, orientada para a ciência ecológica, que promova a conservação e o uso sustentável de maneiras equitativas”³. O **Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal da CDB**,

LA/JAs contribuem para a implementação bem-sucedida de muitas das metas estabelecidas nos acordos e declarações ambientais internacionais.

2 De acordo com a IUCN, a EbA “usa a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos para reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a resistência às mudanças climáticas”. <https://www.iucn.org/resources/issues-brief/ecosystem-based-adaptation>.

3 [Abordagem Ecossistêmica \(cbd.int\)](https://www.cbd.int/ab/)



recentemente adotado, embora não mencione explicitamente as LA/JAs, compromete-se com a implementação de objetivos específicos⁴ por meio da conservação baseada em áreas integrada em paisagens⁵ maiores, reforçando as abordagens ecossistêmicas e integrando a biodiversidade em todos os níveis de governo e em todos os setores da economia, incluindo o setor privado.

A **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC)** dá ênfase especial à negociação do mecanismo de redução de emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) estabelecido no Artigo 5 do Acordo de Paris. O REDD+ pode ser implementado por meio de abordagem Jurisdicional (REDD+ Jurisdicional ou JREDD+). A JREDD+ tem o potencial de facilitar a gestão integrada da paisagem e se sobrepõe a vários princípios da abordagem de paisagem, como o envolvimento igualitário de vários interessados nos processos de tomada de decisão ou o esclarecimento de direitos e responsabilidades entre eles.

Para a **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD)** e o seu Quadro Estratégico 2018-2030, é importante referir explicitamente na introdução do texto a necessidade de estratégias integradas para alcançar a Neutralidade da Degradação dos Solos. Isto também se reflete implicitamente no objetivo estratégico de promover a gestão sustentável da terra.

Tanto a **Declaração de Nova York sobre Florestas (NYDF - New York Declaration on Forests)** atualizada como a **Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo (Declaração de Glasgow)** visam interromper o desmatamento global até 2030. Nenhuma delas contém referências explícitas ou implícitas às LA/JAs em seus objetivos. A NYDF promove implicitamente a JREDD+ ao afirmar que os países devem ser recompensados pela redução das emissões florestais, “particularmente através de políticas públicas para expandir os pagamentos para reduções verificadas de emissões e o fornecimento de matérias-primas pelo setor privado”. Em comparação com a NYDF, a Declaração de Glasgow enfatiza em sua introdução que a promoção do uso sustentável da terra requer a abordagem de sistemas “interligados” e “interdependentes”. No entanto, a Declaração não estabelece as LA/JAs como uma estrutura integrada para abordar esses sistemas interligados.

4 Meta 3 – Conservar 30% das áreas terrestres e marinhas do mundo; e Meta 8 – Minimizar o impacto da mudança climática sobre a biodiversidade e contribuir para a mitigação e adaptação por meio de abordagens ecossistêmicas.

5 [Dez princípios para uma abordagem de paisagem para conciliar agricultura, conservação e outros usos concorrentes da terra | PNAS](#)

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 (ODSs)** afirmam que;

está implícito que a maioria dos objetivos está interligada e a abordagem de paisagem provavelmente seria a estrutura mais apropriada para atingir muitos dos objetivos declarados ou, pelo menos, os objetivos se beneficiariam de serem abordados por meio de uma lente de paisagem.⁶

Os sistemas sociais, ambientais e econômicos abordados pelos ODSs estão inter-relacionados entre si e entre uns e outros e soluções integradas são, portanto, cruciais para alcançá-los.



⁶ [Integrated landscape approaches to managing social and environmental issues in the tropics: learning from the past to guide the future - Reed - 2016 - Global Change Biology - Wiley Online Library](#)

Até que ponto estas políticas influenciam a implementação e a elaboração das LA/JAs

Apesar da falta de reconhecimento explícito das LA/JAs, os acordos ambientais internacionais têm o potencial de influenciar indiretamente a implementação e a elaboração das LA/JAs através de:



Capacitação



Financiamento



Apoio científico e técnico



Diretrizes normativas

Essa potencial influência indireta se reflete no uso de termos relacionados às LA/JAs, como gestão integrada, abordagem ecossistêmica, EbA ou REDD+.

Em termos de capacitação, a CDB, a CQNUMC e os ODSs desenvolveram centros de conhecimento que fornecem às partes interessadas informações e ferramentas de aprendizagem sobre abordagens de paisagem, EbA, gestão integrada da paisagem, REDD+ e abordagens ecossistêmicas. Estas informações incluem, por exemplo, melhores práticas, abordagens de implementação, workshops ou diretrizes com o objetivo de desenvolver uma compreensão das abordagens integradas na gestão do uso da terra.

Outro mecanismo pode ser capturado com o apoio científico e técnico. A Interface Ciência-Política (SPI - Science-Policy Interface) da CNUCD desenvolveu evidências com base científica sobre a gestão integrada da paisagem (ILM – Integrated Landscape Management) e o planejamento integrado do uso da terra (ILUP - Integrated Land Use Planning), conforme exigido pela Conferência das Partes. Nem a IPBES nem o IPCC realizaram trabalho semelhante nesse sentido. Por sua vez, a CQNUMC está promovendo a adoção generalizada da JREDD+ por meio da avaliação técnica dos programas de REDD+ e da verificação dos créditos de carbono.

A CDB, a CNUCD e a CQNUMC facilitam oportunidades de financiamento para apoiar atividades do tipo LA/JA por meio do Fundo Verde para o Clima (GCF - Green Climate Fund) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF - Global Environmental Facility). Por exemplo, os créditos de carbono +JREDD verificados pela CQNUMC foram adquiridos pelo GCF. Recentemente, intervenientes não estatais, como pessoas físicas e empresas privadas, também passaram a ter a oportunidade de comprar créditos de carbono REDD+ verificados pela CQNUMC na plataforma REDD.plus desenvolvida e coordenada pela Coligação de Nações com



A CDB, a CNUCD e a CQNUMC facilitam oportunidades de financiamento para apoiar atividades do tipo LA/JA por meio do Fundo Verde para o Clima (GCF) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).



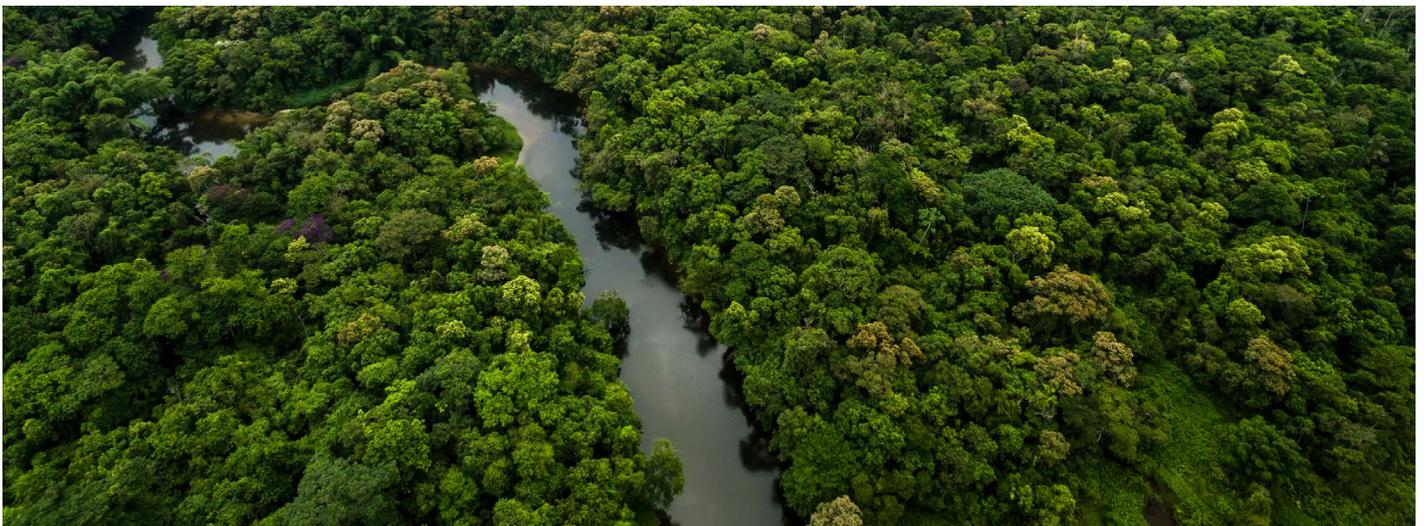
As iniciativas transnacionais contribuem para a sua elaboração e implementação com as LA/JAs.

Florestas Tropicais. Esta nova plataforma pode ser entendida como um mercado para créditos de carbono verificados pela CQNUMC e permite uma estrutura de incentivos econômicos para promover as LA/JAs. Embora inicialmente apenas o GCF, a Alemanha, a Noruega e o Reino Unido realizassem transações individuais para créditos de carbono verificados pela CQNUMC, agora todos têm a oportunidade de comprar créditos num mercado público coordenado por uma organização da sociedade civil.

Finalmente, a orientação normativa é fornecida pela CDB para a elaboração e implementação das abordagens ecossistêmicas e pela CQNUMC para a elaboração e implementação da JREDD+. A falta de diretrizes normativas fornecidas explicitamente para as LA/JAs está relacionada ao fato de que as LA/JAs não recebem reconhecimento formal em acordos ambientais internacionais. Entretanto, as diretrizes normativas incluídas nesses acordos que não são específicas para as LA/JAs têm impacto sobre a adoção das LA/JAs. Como será discutido em mais detalhes abaixo, os compromissos do Brasil e da Indonésia com o Acordo de Paris resultaram na adoção de diretrizes para reduzir as emissões do setor de agricultura, floresta e outros usos do solo (AFOLU), e as LA/JAs foram adotadas em ambos os países com o objetivo de alcançar suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs, em inglês) para o Acordo de Paris.

Presença de LA/JAs em iniciativas transnacionais e como elas influenciam a adoção e a elaboração de LA/JAs

Contrariamente aos acordos internacionais, as iniciativas transnacionais lideradas por outros intervenientes não só **se relacionam explicitamente com as LA/JAs, mas também contribuem para a sua elaboração e implementação e são frequentemente impulsionadas ou fortemente integradas com o setor privado (vide Anexo 3).**



No total, foram identificadas mais de 25 iniciativas que apoiam e permitem expressamente a elaboração e implementação das LA/JAs. Estas iniciativas desenvolvem orientações e verificações para a implementação das LA/JAs, financiam a elaboração e implementação das LA/JAs, proporcionam espaços para colaboração e recolhem e disponibilizam dados relevantes sobre as LA/JAs. É importante destacar o papel proeminente das iniciativas que fornecem apoio técnico e financeiro para a elaboração e implementação de JREDD+. Destas iniciativas, as seis listadas na Tabela 1 são consideradas particularmente relevantes para o avanço das LA/JA, com base numa pesquisa interna com os colegas do CDP que trabalham na área de LA/JAs. Uma lista das demais remanescentes pode ser encontrada no Anexo 3.

Tabela 1. Iniciativas relevantes que apoiam a elaboração e a implementação mais amplos de LA/JAs.

Nome da iniciativa	Parte interessada	Como ela apoia a elaboração e a implementação da LA/JA	Participação do setor privado
Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF-TF)	Os membros fundadores incluem os estados da Califórnia e Illinois, nos EUA, Amapá, Pará, Mato Grosso, Amazonas e Acre, no Brasil, e Aceh e Papua, na Indonésia	<ul style="list-style-type: none"> Facilita a cooperação entre governos subnacionais. Atrai fundos de doadores internacionais. Desenvolve estratégias e planos de investimento direcionados para JREDD+ e desenvolvimento de baixas emissões com parceiros da sociedade civil. 	Promoção de parcerias público-privadas
Coalizão Reduzindo Emissões por Aceleração do Financiamento Florestal (LEAF)	NICFI (Noruega), Reino Unido, EUA e empresas como Amazon, Bayer, Unilever etc.	<ul style="list-style-type: none"> Fundo para REDD+, financiando a proteção de florestas tropicais em larga escala em países inteiros ou grandes jurisdições. Facilita, pela primeira vez, a participação do setor privado em JREDD+. 	Iniciativa público-privada
Coalizão de Ação Positiva para Florestas	Fórum de Bens de Consumo (CGF)	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação. Desenvolvimento de estratégias colaborativas para paisagens de produção sustentável. 	Liderado pelo setor privado
Ações corporativas eficazes em paisagens e jurisdições: práticas de orientação	ISEAL	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer orientação e verificação de ações em nível de paisagem. Práticas de orientação para orientar como as empresas podem apoiar e investir em LA/JAs e declarar suas contribuições de forma transparente e confiável. 	O setor privado como um público-alvo importante
LandScale	Rainforest Alliance, Verra e Conservation International	<ul style="list-style-type: none"> Permite que as partes interessadas, incluindo o setor privado, gerenciem e comuniquem informações confiáveis sobre a sustentabilidade da paisagem. Fornecer dados e insights necessários para conectar as partes interessadas da paisagem com iniciativas de paisagem. 	O setor privado como um público-alvo importante
SourceUp	O Comitê Diretor Global é formado por agentes públicos e privados (por exemplo, Unilever, Mars, Pepsico, Lingkar Temu Kabupaten Lestari, PCI, Trase, TFA, IDH, Proforest, ISEAL)	<ul style="list-style-type: none"> Facilita as LA/JAs reunindo várias partes interessadas em um "Pacto" que pode eventualmente se tornar uma área de aquisição verificada. Facilita a colaboração entre empresas de commodities agrícolas e iniciativas multilaterais nas regiões de produção. 	Promoção de parcerias público-privadas

A **Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF-TF)** é um órgão colaborativo que reúne líderes subnacionais na redução do desmatamento por meio de abordagens jurisdicionais, promovendo a boa governança ambiental, financiamento verde, a proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades locais e o avanço de caminhos de desenvolvimento com baixas emissões de carbono. O GCF-TF atrai financiamento de doadores internacionais, grande parte do qual tem sido utilizado para apoiar estados e províncias no **desenvolvimento de estratégias e planos de investimento direcionados para JREDD+ e desenvolvimento de baixas emissões com parceiros da sociedade civil**. De 2017 a 2020, 35 estados e províncias membros detentores de florestas tropicais do GCF-TF desenvolveram e atualizaram tais estratégias e planos de investimento. Com base nisso, a Janela de Financiamento da Inovação agora **financia iniciativas jurisdicionais estratégicas desenvolvidas**.

A **Coalizão Reduzindo Emissões por Aceleração do Financiamento Florestal (LEAF)** é outro fundo atualmente emergente para JREDD+. A Coalizão LEAF é uma iniciativa público-privada que possibilita a primeira participação do setor privado em JREDD+. Seu objetivo é interromper o desmatamento financiando a proteção em larga escala de florestas tropicais em países inteiros ou grandes jurisdições por meio de programas que envolvam todas as principais partes interessadas, inclusive os povos indígenas e comunidades locais. Até 2021, a coalizão havia mobilizado US\$ 1 bilhão em financiamento.

A **Coalizão de Ação Positiva para Florestas** do setor privado, estabelecida no âmbito do Fórum de Bens de Consumo (CGF), **oferece capacitação e desenvolvimento de estratégias colaborativas para paisagens de produção sustentável**. A coalizão é liderada por 21 empresas com um valor total de mercado de cerca de US\$ 2 trilhões para tomar medidas coletivas e acelerar os esforços sistêmicos para eliminar o desmatamento, a degradação e a conversão florestal nas principais cadeias de suprimento de commodities, ao mesmo tempo em que apoia o gerenciamento, a conservação e a restauração sustentáveis das florestas. O objetivo é utilizar as LA/JAs para alcançar impactos ambientais e sociais positivos, incluindo a conservação, restauração e melhoria das condições de vida locais, para além das suas cadeias de suprimentos e em larga escala, por meio da colaboração e inovação com outras partes interessadas.

Iniciado em 2019 por organizações não governamentais, o **LandScale** é um projeto colaborativo que busca melhorias em escala, **permitindo que as partes interessadas, incluindo o setor privado, gerenciem e comuniquem informações confiáveis sobre a sustentabilidade da paisagem**. O LandScale oferece uma abordagem guiada para avaliação de desempenho da paisagem por meio de uma plataforma digital. Seu objetivo é fornecer dados e insights necessários para conectar as partes interessadas da paisagem com iniciativas de paisagem. Além disso, o LandScale fornece validação das declarações que as partes interessadas podem fazer sobre seus próprios marcos de avaliação, desempenho da paisagem e contribuição para o desempenho da paisagem.

Da mesma forma, o trabalho da **ISEAL** em LA/JAs visa **fornecer orientação e verificação de ações em nível de paisagem** para garantir que as declarações de sustentabilidade feitas pelas jurisdições, pelas iniciativas de paisagem e pelas empresas que as fornecem ou as apoiam sejam confiáveis. Até a data, a ISEAL desenvolveu uma série de práticas para orientar como as empresas podem apoiar e investir nas LA/JAs e declarar as suas contribuições de forma transparente e credível.

SourceUp é uma plataforma colaborativa para a sustentabilidade da cadeia de suprimentos no nível da paisagem. Ela conecta compradores de commodities a coalizões de partes interessadas nas regiões que produzem esses commodities **para melhorar coletivamente a sustentabilidade ao longo da cadeia de suprimentos por meio da colaboração e de incentivos de mercado**. Desta forma, a SourceUp apoia as empresas no fornecimento de commodities agrícolas em linha com os seus compromissos de sustentabilidade, ao mesmo tempo que promove iniciativas de paisagem e coalizões multilaterais que definem uma agenda comum de sustentabilidade.

LA/JAs e regulamentos para uma cadeia de suprimentos livre de desmatamento

As regulamentações para cadeias de suprimentos livres de desmatamento estão aumentando na UE, no Reino Unido e nos EUA. Entre as principais características desses regulamentos de due diligence está o desenvolvimento de sistemas abrangentes de rastreabilidade, pelos quais as empresas regulamentadas devem garantir e demonstrar que suas commodities agrícolas e produtos derivados importados e/ou exportados não provêm de terras que tenham sido legal ou ilegalmente desmatadas. Para garantir a conformidade nas regiões de produção, é fundamental interromper o desmatamento, aplicar as leis ambientais, realizar a titulação e o registro de terras e fornecer aos participantes da cadeia de suprimentos acesso a soluções de rastreabilidade.

As LA/JAs podem apoiar as regiões produtoras no cumprimento de requisitos legais específicos, como os estabelecidos nos regulamentos da UE sobre cadeias de abastecimento livres de desmatamento⁷. Em primeiro lugar, as LA/JAs podem reforçar a aplicação das leis ambientais nacionais (por exemplo, leis sobre florestas, biodiversidade, uso da terra ou climáticas), uma vez que as suas estruturas de governança incentivam a colaboração na identificação das causas do desmatamento e na redução dos riscos entre os intervenientes locais/regionais. Em segundo lugar, as LA/JAs em parceria com o poder público e empresas compradoras podem acelerar o processo de registo de terras para os produtores e apoiar financeiramente os processos legais de titulação de terras. Em terceiro lugar, as LA/JAs podem facilitar a colaboração pré-competitiva entre empresas compradoras, bem como entre empresas de abastecimento e pequenos produtores e intermediários, o que acabará por melhorar a acessibilidade dos dados e as soluções de rastreabilidade.

⁷ [Regulamentação Europeia para o Desmatamento: Principais Oportunidades e Riscos - JA Hub \(jaresourcehub.org\)](#)

Estudos de caso regionais do Brasil e da Indonésia

2

Estudos de caso regionais do Brasil e da Indonésia

Sem uma orientação sólida de acordos ambientais internacionais, a elaboração e a implementação de programas de LA/JAs serão fortemente influenciadas por iniciativas transnacionais multilaterais. Em última análise, os programas de LA/JAs serão moldados por características nacionais e subnacionais, desafios, partes interessadas e, principalmente, por seus vínculos com as estruturas de políticas. Os vínculos entre as estruturas de políticas nacionais e subnacionais e as LA/JAs serão específicos para cada jurisdição que estiver implementando as LA/JAs, mas alguns pontos em comum podem ser identificados. Para identificar essas especificidades e pontos em comum, vale a pena avaliar estudos de caso. Esses estudos de caso fornecerão informações valiosas sobre como melhorar as políticas de apoio às LA/JAs em todo o mundo.

Este relatório examinou as ligações entre as LA/JAs e as estruturas de políticas nacionais e subnacionais, bem como os programas existentes e novos de LA/JAs no Brasil e na Indonésia. Embora as LA/JAs estejam sendo implementadas globalmente, o Brasil e a Indonésia foram escolhidos como estudos de caso, pois têm o maior número de iniciativas de LA/JAs declaradas por meio do CDP em 2022, em comparação com outras jurisdições. Além disso, são países populosos com uma grande diversidade e economias em desenvolvimento com um importante setor agrícola voltado para a exportação e desafios socioeconômicos semelhantes, como a desigualdade de renda, a pobreza e o desenvolvimento de infraestruturas. Além disso, ambos os países têm um longo histórico de desmatamento induzido por commodities e, na melhor das hipóteses, tiveram resultados mistos em seus esforços para combater a perda de florestas.

O resto desta seção apresenta políticas em nível nacional relevantes para a adoção e a elaboração de LA/JAs, bem como estudos de caso de programas subnacionais de LA/JAs existentes e emergentes e as políticas mais relevantes que os apoiam. É importante destacar que, em alguns casos, os programas de LA/JAs descritos são institucionalizados como regulamentos ou leis.

LA/JAs nos ambientes de políticas nacionais



Brasil

No Brasil, os biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga ocupam grande parte da área do país e abrigam uma parcela significativa da biodiversidade mundial. Estes biomas têm sido historicamente afetados por um modelo econômico ambientalmente prejudicial e socialmente destrutivo, baseado principalmente em padrões de produção agrícola insustentáveis. Este modelo econômico resultou em taxas historicamente elevadas de desmatamento no país.

Através de uma série de políticas públicas multissetoriais, o Brasil demonstrou sua capacidade de reduzir drasticamente as taxas de desmatamento, especialmente na Amazônia. Nessa região, o país conseguiu reduzir a taxa de desmatamento em 72% entre 2004 e 2018⁸, por meio do estabelecimento de áreas protegidas, moratórias sobre soja e gado, sistemas de monitoramento, medidas de comando e controle⁹ e mecanismos para restringir o crédito a proprietários de terras que desmataram ilegalmente¹⁰. Algumas dessas políticas também incluem disposições que se relacionam e apoiam o estabelecimento de LA/JAs e fornecem a estrutura de política nacional dentro da qual as políticas subnacionais são implementadas. A Tabela 2 abaixo apresenta um resumo dessas políticas e como elas se relacionam com a agenda de LA/JAs no país.

Os compromissos internacionais também são fundamentais para a agenda de LA/JAs no Brasil. O mais importante desses compromissos é a Contribuição Nacionalmente Determinada para o Acordo de Paris. O Brasil atualizou sua NDC em 2022 e 2023 e fez as seguintes alterações:



Eliminação do desmatamento ilegal até 2030



Redução das emissões de GEE em 53% entre 2005 - 2030



Novo objetivo de longo prazo de alcançar a neutralidade de GEE até 2050

⁸ Ministério do Meio Ambiente, 2018. [Taxa de desmatamento na Amazônia Legal](#)

⁹ "Os instrumentos de comando e controle estabelecem normas, regras, procedimentos e padrões da atividade econômica para garantir o alcance dos objetivos de uma determinada política, com sanções legais e administrativas para o descumprimento." LUTOSA, Maria Cecília J.; YOUNG, Carlos Eduardo F. Política Ambiental. Em: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 24, p. 569 – 590.

¹⁰ Estadão, 2020. [Novo sistema do Inpe consolida liderança do Brasil](#)

Estes compromissos, junto com as políticas descritas na Tabela 2, são motores importantes da agenda das LA/JAs, uma vez que exigem uma vasta gama de ações multilaterais para proteger e restaurar as florestas, além de aprimorar outras atividades socioambientais para o aproveitamento econômico dos serviços ecossistêmicos.

Tabela 2. Políticas nacionais de apoio a LA/JAs

Ano	Política	Como apoiam as LA/JAs?
2012	Código Florestal¹¹	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Cria o sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹². ▼ Define (i) porcentagens mínimas de proteção florestal para cada bioma; (ii) diferentes tipos de áreas protegidas. ▼ Cria o Programa de Regularização Ambiental (PRA) para apoiar e promover a proteção e a restauração ambiental e para promover a conformidade com o Código Florestal. Cada estado brasileiro também é responsável por adaptar e criar programas específicos de PRA para promover o cumprimento da legislação federal [Código Florestal]. ▼ Cria instrumentos para compensar a proteção das florestas, como a Cota de Reserva Ambiental (CRA): um título que pode ser emitido para, entre outras coisas, remunerar propriedades rurais com um nível de preservação ambiental mais alto do que o exigido por lei¹³.
2017	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg e Planaveg)	<p>O principal objetivo da política é incentivar projetos de restauração em grande escala, aumentando e expandindo “políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agrícolas e outras ações necessárias para restaurar pelo menos 12 milhões de hectares - Mha de vegetação nativa até 2030¹⁴”.</p> <p>Os principais incentivos financeiros previstos incluem: (i) linhas de crédito para empresas, produtores rurais e outras partes interessadas envolvidas na restauração florestal; (ii) doações; (iii) títulos florestais; (iv) isenções fiscais incidentes sobre insumos, produtos, investimentos financeiros ou atividades relacionadas à recuperação da vegetação nativa.</p>
2020	Programa Floresta+	<p>Um programa do Ministério do Meio Ambiente para “criar, promover e consolidar o mercado de serviços ambientais (SE)¹⁵”. Os principais objetivos incluem¹⁶: (i) Assinar parcerias com agentes nacionais e internacionais para apoiar pagamentos para projetos de SE – incluindo REDD+; (ii) Promover acordos setoriais para aumentar a procura por SE; (iii) Promover boas metodologias de avaliação, verificação, validação, certificação e monitoramento de SE; (iv) Promover uma plataforma digital para pagamento de SE.</p>
2021	Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais	<p>Incentivar indivíduos e organizações (por exemplo, empresas, ONGs, associações) a acrescentar valor econômico, social e cultural a vários serviços ecossistêmicos por meio da elaboração e implementação de projetos privados voluntários.</p>
---	Linhas de Crédito Verdes	<p>PRONAF¹⁷ - Possui linhas de crédito para promover a produção agroecológica, orgânica e sustentável de commodities para pequenos e médios produtores¹⁸.</p> <p>Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC)¹⁹ - Possui várias linhas de crédito para tecnologias de mitigação das mudanças climáticas na agricultura. Isso inclui programas para promover (i) a recuperação de áreas desmatadas; (ii) soluções baseadas na natureza (NbS) e produção ambiental sustentável; (iii) mitigação das mudanças climáticas²⁰. De acordo com dados oficiais, o programa canalizou mais de 17 bilhões de reais para projetos²¹.</p>

11 [Código Florestal](#).

12 O CAR é uma plataforma digital na qual todas as propriedades rurais devem ser registradas para permitir (i) o planejamento ambiental, social e econômico e (ii) o monitoramento do desmatamento. Esse cadastro deve ser validado por cada estado brasileiro para determinar se as propriedades rurais estão em conformidade com as leis ambientais (por exemplo, se elas têm a área mínima de floresta exigida ou se protegem as margens de rios e encostas).

13 Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo. Observatório de Bioeconomia. Meio ambiente como oportunidade: Os instrumentos jurídicos de mercado (2022).

14 [Governo Federal do Brasil. Relatório. Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa](#).

15 [Ministério do Meio Ambiente do Brasil](#).

16 [Governo Federal do Brasil. Relatório. Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais \[FOREST+\]](#).

17 [Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar](#).

18 <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

19 Programa de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para consolidar uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura.

20 [Programa ABC](#).

21 [NDC Brasileira de 2022 para o Acordo de Paris](#).

73%

nas taxas de desmatamento na Amazônia entre 2018 e 2021

Atividades que exercem forte pressão sobre os biomas brasileiros:

Produção extensiva de gado e soja	
Mineração ilegal	
Extração e comércio ilegal de madeira	
Grilagem de terras	
Pesca predatória	

No entanto, as mudanças políticas no país ameaçaram o sucesso dos últimos anos, com um aumento de 73% nas taxas de desmatamento na Amazônia entre 2018 e 2021²². Apesar do avanço significativo alcançado por meio das políticas descritas na tabela acima, permanecem desafios importantes tanto a nível nacional como regional, que o Brasil precisa enfrentar para reduzir novamente as taxas de desmatamento e também promover os impactos das LA/JAs.

O primeiro destes desafios é a necessidade de aumentar a capacidade governamental e os mecanismos de comando e controle para garantir a fiscalização adequada da legislação ambiental. A fiscalização deficiente e a falta de capacidade do governo para monitorar, interromper e combater atividades ilegais que prejudicam o meio ambiente são problemas crônicos no Brasil, tanto em nível nacional quanto subnacional. Atividades como mineração ilegal, produção extensiva de gado e soja, extração e comércio ilegal de madeira, grilagem de terras e pesca predatória são alguns exemplos de atividades que exercem forte pressão sobre os biomas brasileiros.

Outro grande desafio é que as políticas econômicas e financeiras ainda não são suficientes para aumentar o valor da floresta em pé, facilitar o acesso ao mercado para a produção sustentável e oferecer incentivos para aqueles que cuidam da natureza e dos serviços que ela oferece. Essas políticas podem ser vistas como um meio pelo qual os governos nacionais e subnacionais incentivam a ação ambiental (por exemplo, proteção/restauração florestal, produção de produtos florestais de alto valor agregado e cadeias de suprimentos livres de desmatamento). Se bem recebidas e aplicadas, tais ações têm o potencial de criar produtos financeiros e soluções ambientais que são fundamentais para a expansão das iniciativas LA/JA e contribuem para a restauração/conservação florestal, a resiliência socioeconômica e a prosperidade das comunidades locais. A fiscalização governamental destas atividades é crucial para tornar tais projetos viáveis e atrativos para as pessoas, organizações da sociedade civil e o setor privado no longo prazo.



Indonésia

O desmatamento na Indonésia tem sido impulsionado principalmente pela expansão das plantações de óleo de palma. Após atingir o pico em 2016, a perda florestal no país diminuiu, mas as taxas permanecem elevadas. Políticas como a Moratória sobre Novas Licenças para Florestas Primárias e Turfeiras, iniciativas para prevenir incêndios em turfeiras e promover a gestão sustentável das plantações e o envolvimento em parcerias internacionais contribuíram para este declínio.

Da mesma forma que o Brasil, os compromissos do Acordo de Paris foram o principal fator para aumentar o reconhecimento das LA/JAs na Indonésia. O país apresentou sua NDC reforçada antes da 27ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP27) e aumentou sua meta de redução de emissões de 29% para 31,89% e, com apoio internacional, de 41% para 43,2%²³. Em 2021, a Indonésia lançou a Estratégia de Longo Prazo de Baixo Carbono e Resiliência Climática 2050 (LTS-LCCR 2050)²⁴. A LTS-LCCR 2050 estabelece metas ambiciosas para transformar o setor de florestas e outros usos da terra (FOLU) e o setor de energia, que são as principais fontes de emissões de GEE no país. Por meio de um Cenário de Baixo Carbono Compatível com a Meta do Acordo de Paris (LCCP), a Indonésia espera atingir o pico das emissões nacionais de GEE em 2030, com um sumidouro líquido no setor de florestas e outros usos da terra. Este sumidouro líquido no setor de florestas e outros usos da terra deve atingir 540 Mt CO₂ equivalente até 2050 e desempenha um papel fundamental no compromisso de zero emissões líquidas da Indonésia para 2060²⁵. A redução significativa necessária nas emissões do setor de florestas e outros usos da terra deverá ser alcançada através de uma redução no desmatamento e nas emissões relacionadas com a turfa, e através de aumentos significativos no sequestro de carbono através de florestas secundárias, florestamento e reflorestamento. Estas metas de redução de emissões no setor de florestas e outros usos da terra estão ligadas a metas de melhoria da produtividade agrícola para permitir ainda mais o alcance dos objetivos de desenvolvimento do setor.

Além de viabilizar as políticas nacionais, a realização da LTS-LCCR 2050, incluindo a meta de um sumidouro líquido no setor de florestas e outros usos da terra até 2030, exige a ação de governos e empresas locais²⁶. Por exemplo, isso se deve ao fato de que quase 5 milhões de hectares de florestas naturais estão localizados em áreas que podem ser usadas para fins de plantação e desenvolvimento²⁷. Nesse contexto, um instrumento fundamental para atingir as metas de redução de emissões do setor de florestas e outros usos da terra é a implementação subnacional da Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+). No âmbito da implementação das atividades de REDD+, os

²³ <https://unfccc.int/documents/615084>

²⁴ [Estratégia de Longo Prazo de Baixo Carbono e Resiliência Climática 2050 da Indonésia \(LTS-LCCR 2050 da Indonésia\) \(unfccc.int\)](#)

²⁵ [Estratégia de Longo Prazo de Baixo Carbono e Resiliência Climática 2050 da Indonésia \(LTS-LCCR 2050 da Indonésia\) \(unfccc.int\)](#)

²⁶ [Estratégia de Longo Prazo de Baixo Carbono e Resiliência Climática 2050 da Indonésia \(LTS-LCCR 2050 da Indonésia\) \(unfccc.int\)](#)

²⁷ [Estratégia de Longo Prazo de Baixo Carbono e Resiliência Climática 2050 da Indonésia \(LTS-LCCR 2050 da Indonésia\) \(unfccc.int\)](#)

O setor de florestas e outros usos da terra (FOLU) contribuindo com cerca de

55%

da meta total de redução de emissões planejada para 2030



governos locais e os detentores de concessões privadas que protegem as florestas além dos requisitos regulatórios existentes são elegíveis para pagamentos baseados em resultados de acordo com o Regulamento Ministerial 70/2017²⁸ e o Decreto Presidencial recentemente emitido sobre a Precificação de Carbono²⁹.

Além disso, também é necessária liderança a nível subnacional para implementar o Plano de Ação Nacional para o Óleo de Palma Sustentável (NAP SPO), de acordo com o Decreto Presidencial 06/2019. As províncias e distritos produtores de óleo de palma são obrigados pelo NAP SPO a fornecer parte dos seus orçamentos para planos de ação e processos multilaterais para melhorar a produção sustentável de óleo de palma. Um foco particular está na promoção do crescimento e desenvolvimento de plantações de pequenos agricultores.

Em 2022, o governo indonésio estabeleceu uma Contribuição Nacionalmente Determinada Reforçada (ENDC), com o setor de florestas e outros usos da terra contribuindo com cerca de 55% da meta total de redução de emissões planejada para 2030 no âmbito da contramedida 1 (cenário de mitigação incondicional). O governo também emitiu o Decreto Ministerial 168/2022 que estabelece o Plano Operacional 2030 para Sumidouro Líquido no Setor de Florestas e Outros Usos da Terra. Para atingir a meta no setor de florestas e outros usos da terra, o governo definiu seis planos de mitigação, incluindo a redução de emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD+), desenvolvimento de plantações florestais industriais, manejo florestal sustentável, reabilitação florestal, manejo de turfeiras, incluindo manguezais, e fortalecimento do papel dos governos subnacionais na conservação da biodiversidade. Além disso, a JA pode ser uma abordagem importante para que as jurisdições subnacionais desenvolvam estratégias holísticas de REDD+ e implementem o NAP SPO de forma integrada, combinando medidas de conservação florestal com intensificação agrícola sustentável. Um indicador de progresso na integração do conceito de JA nas políticas e práticas de desenvolvimento nacional foi a integração de JA no Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo da Indonésia 2020-2024 (RPJMN 2020-2024). O Ministério de Planejamento do Desenvolvimento Nacional da Indonésia (BAPPENAS) trabalhou com parceiros de desenvolvimento, ONGs e acadêmicos para desenvolver diretrizes para o planejamento de plantações sustentáveis regionais com base na JA³⁰. A obra foi publicada em 2020 e serve de guia para a implementação de JAs no âmbito do RPJMN. A fim de fornecer informações confiáveis e precisas sobre o desempenho de sustentabilidade das jurisdições na Indonésia, especialmente do setor agrícola, o BAPPENAS está atualmente desenvolvendo Indicadores de Jurisdição Sustentável (SJI) a serem publicados até ao final de 2022³¹.

28 PLANO OPERACIONAL PARA SUMIDOURO LÍQUIDO NO SETOR DE FLORESTAS E OUTROS USOS DA TERRA 2030 - Kementerian LHK (menlhk.go.id)

29 PERPRES No. 98 Tahun 2021 tentang Penyelenggaraan Nilai Ekonomi Karbon untuk Pencapaian Target Kontribusi yang Ditetapkan Secara Nasional dan Pengendalian Emisi Gas Rumah Kaca dalam Pembangunan Nasional [JDIH BPK RI]

30 Panduan - Panduan Perencanaan Perkebunan Berkelanjutan Daerah Berbasis Pendekatan Yurisdiksi

31 Terpercaya | Instituto Florestal Europeu (efi.int)



Estruturas de políticas subnacionais e programas de LA/JAs

Este subcapítulo descreve alguns dos principais programas de LA/JAs atualmente implementados pelos governos subnacionais no Brasil e na Indonésia.

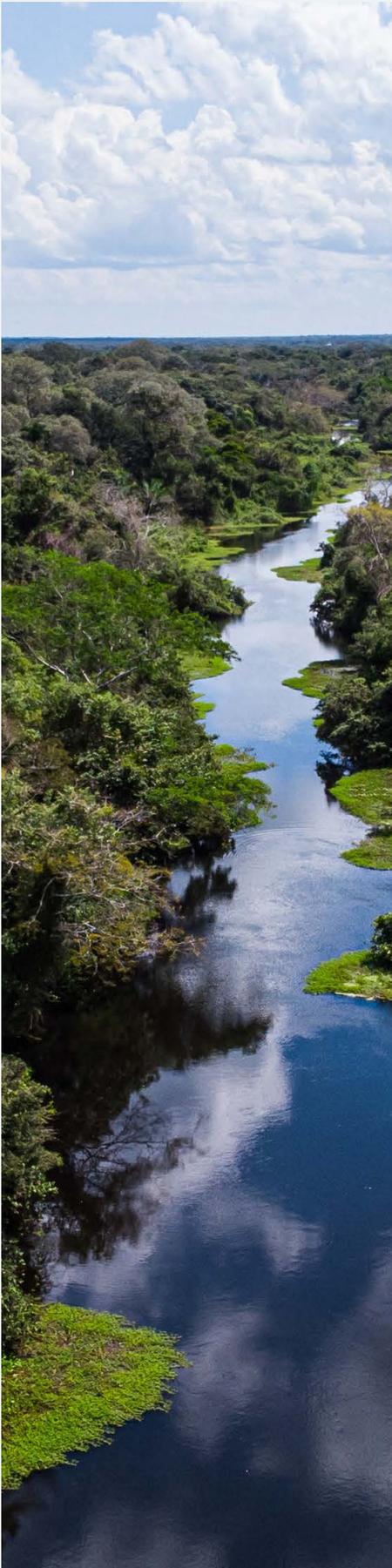
Tabela 3. Resumo dos programas subnacionais de LA/JA no Brasil e na Indonésia³²

Programa de LA/JA	Estado/ Província, País	Date	Objetivos principais
Produzir, Conservar e Incluir (PCI)	Mato Grosso, Brasil	2016	<ul style="list-style-type: none"> Trazer investimentos em larga escala e promover o desenvolvimento sustentável no estado. Emissões líquidas zero.
Territórios Sustentáveis	Pará, Brasil	2019	Oferecer alternativas para a transição econômica em áreas sob pressão do desmatamento e fornecer compensações para resolver gargalos que vão desde a regulamentação dos direitos ambientais e fundiários até a promoção do mercado de cadeias de valor sustentáveis.
Plataforma Produzir e Proteger (PPP Acre)	Acre, Brasil	2017	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o desmatamento em 80% e as emissões de gases do efeito de estufa provenientes do desmatamento em 80% em comparação com o período entre 1996 e 2005. Estabelecer planos de manejo para 100% e alcançar zero exploração ilegal de madeira nas áreas protegidas do estado, e aumentar a área de unidades de conservação em 155.120 hectares. Recuperar áreas degradadas de propriedades rurais cadastradas no Cadastro Ambiental Rural e recuperar 10 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) na Bacia do Rio Acre. Reduzir as taxas de pobreza e a mortalidade infantil. Intensificar a produção de produtos florestais sustentáveis, introduzindo 180.000 hectares de exploração madeireira comunitária e 180.000 hectares de exploração madeireira industrial de baixo impacto até 2030.
Tocantins Competitivo e Sustentável	Tocantins, Brasil	2020	Promover o desenvolvimento equitativo e competitivo do estado do Tocantins por meio do uso racional dos recursos naturais, do respeito às próximas gerações e da melhoria da qualidade de vida de sua população ³³ .
Pacto PCI (Produção, Conservação e Inclusão) da Região de Balsas (PCI Maranhão)	Maranhão, Brasil	2020	<ul style="list-style-type: none"> Expandir e aumentar a eficiência da produção agrícola e florestal. Preservar a vegetação nativa e recuperar áreas degradadas. Inclusão socioeconômica da agricultura familiar e das populações tradicionais³⁴.
Riau Hijau	Riau, Indonésia	2021	Otimizar o gerenciamento de recursos naturais para o desenvolvimento sustentável, aumentar a cobertura vegetal, melhorar a qualidade do ar e da água e implementar medidas de adaptação às mudanças nas condições ambientais.
REDD+ Jurisdicional, Calimantã Oriental	Calimantã Oriental, Indonésia	A partir de 2015	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a governança da província em relação às medidas de redução de emissões relacionadas com florestas e recursos naturais Regulamentar o planejamento territorial e licenças.
REDD+ Jurisdicional, Calimantã Ocidental	Calimantã Ocidental, Indonésia	A partir de 2012	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a participação e governança das partes interessadas. Melhorar os investimentos climáticos estratégicos na jurisdição.

32 Nota: Essa tabela inclui apenas programas selecionados de LA/JA iniciados e/ou implementados por governos subnacionais em jurisdições subnacionais específicas. Portanto, a tabela não pretende ser exaustiva e não tem a intenção de abranger todos os programas de LA/JA no Brasil e na Indonésia.

33 [Administração do Estado do Tocantins](#)

34 [IDH Lata](#)



Brasil

Mato Grosso - Produzir, Conservar e Incluir (PCI)

Localizado na intersecção da Amazônia e do Cerrado, o estado de Mato Grosso é uma das potências agrícolas do Brasil, sendo o maior produtor e exportador de soja do país. O Mato Grosso tem um longo histórico de altas taxas de desmatamento, causado principalmente pela agricultura e pecuária em larga escala e, em segundo lugar, por assentamentos agrícolas de pequena escala, mineração e exploração madeireira insustentável. Durante muitos anos, os governos de Mato Grosso ganharam a reputação de priorizar um modelo de desenvolvimento insustentável baseado em commodities de risco florestal, em detrimento dos ricos ecossistemas do estado.

Nos últimos anos, entretanto, os governos de Mato Grosso começaram a reconhecer a importância de fortalecer a estrutura da política ambiental do estado. Várias políticas foram introduzidas, sendo as mais importantes: Sistema Estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal - REDD+³⁵; Política Estadual de Mudanças Climáticas³⁶; Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais; Plano de Neutralidade Climática de Mato Grosso e adesão à campanha "Race to Zero"³⁷. Apesar desses avanços legais e institucionais, Mato Grosso ainda apresenta uma das maiores taxas de desmatamento do Brasil.

Em 2015, com o objetivo de fortalecer o engajamento das diferentes partes interessadas e alcançar os objetivos coletivos das agendas ambiental e de desenvolvimento rural no estado, o governo criou a iniciativa **Produzir, Conservar e Incluir (PCI)**³⁸, considerada um dos programas de abordagem Jurisdicional mais importantes no Brasil. A PCI promove diversos projetos socioambientais com o objetivo de ampliar o impacto dos investimentos e promover o desenvolvimento sustentável no estado. Desde outubro de 2021, a meta de redução de emissões do estado foi integrada ao conjunto de objetivos da Estratégia PCI³⁹. O cumprimento das metas da PCI e da meta de zero emissões líquidas do Mato Grosso está intrinsecamente ligado às metas de conservação florestal do estado e à escalabilidade das ações climáticas por parte das empresas, especialmente do agronegócio⁴⁰.

35 Lei Estadual nº 9878/2013.

36 Lei Estadual Complementar nº 582/2017.

37 Decreto Estadual 1.160/2021.

38 Mais informações sobre a iniciativa, projetos e resultados em: <http://pci.mt.gov.br/> - <https://pcimont.org/index.php/> - <https://pcimonitor.org/>.

39 CDP. *Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir em Mato Grosso. Um estudo de caso brasileiro sobre abordagens jurisdicionais*, p. 9.

40 CDP. *Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir em Mato Grosso. Um estudo de caso brasileiro sobre abordagens jurisdicionais*, p. 9.



Além de promover sinergias entre agentes públicos, privados e terceiros engajados em iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no Pará, é um polo que busca alavancar os resultados das iniciativas no território.



Pará - Territórios Sustentáveis (TS)

O estado do Pará, o segundo maior da Amazônia legal, teve a maior taxa de desmatamento do Brasil em 2022⁴¹. As principais causas do desmatamento neste estado são a pecuária, a agricultura em grande escala, a mineração, a exploração madeireira insustentável e a produção de carvão e lenha. Para combater essas causas, o governo do Pará implementou diversas políticas e iniciativas importantes, entre as quais destacam-se: a política estadual sobre Mudanças Climáticas⁴², o Plano Estadual Amazônia Agora, o Fundo da Amazônia Oriental, o Programa de Regularização Ambiental do Pará e o Selo Verde – plataforma digital de rastreamento de commodities de risco florestal, em especial carne bovina⁴³.

O estado do Pará, que é particularmente relevante para LA/JAs, possui um eixo de desenvolvimento econômico de baixo carbono que visa valorizar a economia florestal e a produção sustentável para cumprir suas metas climáticas⁴⁴. Neste eixo, a política **Territórios Sustentáveis**⁴⁵ prevê uma estratégia de Abordagem Jurisdicional cujo principal objetivo é “oferecer alternativas para a transição econômica em áreas sob pressão do desmatamento e fornecer compensações para resolver gargalos que vão desde a regulamentação dos direitos ambientais e fundiários até a promoção do mercado de cadeias de valor sustentáveis”⁴⁶.

Para apoiar essa JA, a Plataforma Digital para Territórios Sustentáveis⁴⁷, “além de promover sinergias entre agentes públicos, privados e terceiros engajados em iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no Pará, é um polo que busca alavancar os resultados das iniciativas no território”⁴⁸.

A plataforma também conta com o Observatório Territórios Sustentáveis, uma ferramenta geoespacial que apoia a implementação de políticas públicas e privadas para atender as partes interessadas associadas à plataforma.

41 [MapBiomas. Relatório Anual de Desmatamento \(2022\) - São Paulo, Brasil, p.13.](#)

42 [Lei Estadual nº 9,048/2020.](#)

43 [Para uma descrição dessas iniciativas, consulte Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022.](#)

44 [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022.](#)

45 [Decreto Estadual do Pará nº 344/2019.](#)

46 [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022, p.14.](#)

47 [Website.](#)

48 [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022, p.14.](#)

Cerca de

12%

da cobertura florestal original do estado foi perdida para o desmatamento, e cerca de

80%

da área desmatada está sendo usada para pecuária.



Acre – Plataforma Produzir e Proteger (PPP Acre)

Comparado com Mato Grosso e Pará, grandes jurisdições com um agronegócio fortemente capitalizado, o Acre tem uma economia muito menor. A maior parte do desmatamento no estado ocorre em pequenas áreas de assentamento ao longo de estradas no sul, parte mais populosa do estado. Atualmente, cerca de 12% da cobertura florestal original do estado foi perdida para o desmatamento, e cerca de 80% da área desmatada está sendo usada para pecuária.

O Acre tem sido pioneiro na incorporação da conservação florestal nas estratégias de desenvolvimento do estado para melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais, das comunidades ribeirinhas e extrativistas e dos povos indígenas. Por mais de 40 anos, movimentos ambientais populares consolidaram uma tradição de cooperativas que trabalham para aumentar a renda e o bem-estar de mais de 2.500 famílias de agricultores que dependem de produtos florestais⁴⁹. Nesse cenário, as iniciativas jurisdicionais do Acre têm desempenhado um papel crucial na realização de mudanças que promovem a redução do desmatamento em paisagens florestais e incentivam a valorização de produtos sociais e da biodiversidade, tornando o estado uma das Jurisdições de REDD+ mais avançadas do mundo⁵⁰.

O Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), concebido como uma estratégia do estado para lidar com as mudanças climáticas, foi lançado em 2010⁵¹. Com sete programas, incluindo o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais do Carbono (ISA Carbono), o estado assinou um acordo de cooperação financeira com a Alemanha para lançar o Programa Global REDD Early Movers (REM). Um dos resultados foi que “no período 2007-2017, o desmatamento total evitado foi de 282.525 hectares”⁵². Em 2017, durante a COP 23, o Acre lançou sua Estratégia Jurisdicional⁵³ – a **Plataforma Produzir e Proteger (PPP Acre)**. Ela conta com diversos recursos para monitorar, avaliar e ajudar a divulgar a estratégia de desenvolvimento sustentável do estado:

- ▼ Um painel público que acompanha todas as metas da JA⁵⁴;
- ▼ Um painel público com dados socioambientais⁵⁵;
- ▼ Uma carteira de investimentos para vários produtos florestais e commodities produzidos no estado⁵⁶.

49 [M. de los Rios, O. David, C. Stickler, D. Nepstad. 2018. "Acre, Brazil" em C. Stickler et al. \(Eds.\), The State of Jurisdictional Sustainability. San Francisco, CA:Ell; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO:GCF-TF.](#)

50 [M. de los Rios, O. David, C. Stickler, D. Nepstad. 2018. "Acre, Brazil" em C. Stickler et al. \(Eds.\), The State of Jurisdictional Sustainability. San Francisco, CA:Ell; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO:GCF-TF.](#)

51 [Lei nº 2.0308/10.](#)

52 [Perfil Jurisdicional do Acre \(2018\). Instituto de Inovação da Terra. Relatório Detalhado, p.4.](#)

53 [Instituto Socioambiental. Lançada Plataforma que dá acesso aos dados socioeconômicos e ambientais do Acre \(2017\).](#)

54 [Painel de M&A das Metas da JA do Acre..](#)

55 [Dados socioambientais do Acre..](#)

56 [Carteira de investimentos empresariais do Acre..](#)

O Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais (PPCDIF 2021-2025) tem como meta reduzir em

100%

o desmatamento ilegal até 2025.



Tocantins - Tocantins Competitivo e Sustentável (TCS)

O Tocantins tem seu território localizado na Amazônia (13%) e no Cerrado (87%). O Tocantins é o estado com a maior taxa de desmatamento do Cerrado, com 48.293 km² desmatados entre 2001 e 2022. As principais causas do desmatamento no estado são⁵⁷ a pecuária, a agricultura em grande escala, a agricultura e o assentamento em pequena escala, a infraestrutura de transporte, a extração ilegal de madeira em pequena escala e a mineração de carvão.

Para combater essas causas, o Tocantins criou um Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais (PPCDIF 2021-2025) com o objetivo de reduzir em 100% o desmatamento ilegal até 2025⁵⁸. O PPCDIF inclui medidas de prevenção, gestão e controle, além de combate e monitoramento do desmatamento e das queimadas. Além do PPCDIF, a estrutura da política ambiental do estado consiste em políticas ambientais⁵⁹ e florestais⁶⁰ gerais, a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável⁶¹, e iniciativas mais recentes, das quais as mais importantes são a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais⁶² e o Fundo Estadual do Clima (Funclima)⁶³.

Com base nessas políticas, o estado desenvolveu uma estratégia Jurisdicional para o desenvolvimento sustentável e a competitividade nacional e internacional chamada **Tocantins Competitivo e Sustentável⁶⁴ (CST)**. A Estratégia tem objetivos e diretrizes e é dividida em quatro eixos: 1) Econômico; 2) Social; 3) Ambiental; e 4) Infraestrutura.

Dado o aumento dos compromissos e leis globais para o desenvolvimento com baixas emissões, a Estratégia destaca os esforços do estado e de outros setores para aumentar o uso de técnicas e conhecimentos tecnológicos relacionados a abordagens jurisdicionais. Para o estado, essas abordagens podem garantir maior sustentabilidade nas cadeias produtivas, ajudar a combater o desmatamento e as queimadas ilegais e possibilitar o foco na diversidade, nas comunidades vulneráveis e no crescimento econômico mais inclusivo⁶⁵. A Estratégia também inclui níveis de governança, monitoramento e transparência, além de investimentos.

57 [M. de los Rios, A.C. Crisostomo, O. David, C. Stickler. 2020. "Tocantins, Brazil" em C. Stickler et al. \(Eds.\), em The State of Jurisdictional Sustainability. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.](#)

58 SEMARH-TO. 2021. [Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais do Estado do Tocantins \(PPCDIF\).](#)

59 Lei Estadual nº 261/1991.

60 Lei Estadual nº 771/1995.

61 Lei Estadual nº 1.917, 17 de abril de 2008.

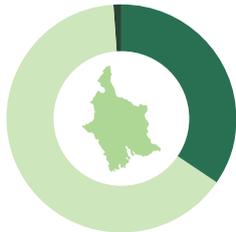
62 Lei Estadual nº 4111/2023.

63 Lei Estadual nº 4131/2023.

64 Consulte o anexo.

65 SEMARH-TO. 2021. [Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável.](#)

Biomass do estado do Maranhão



- Cerrado 64%
- Amazônia 35%
- Caatinga 1%

Maranhão – Pacto PCI (Produção, Conservação e Inclusão) da Região de Balsas (PCI Maranhão)

O estado do Maranhão está localizado em uma região onde três biomas se encontram – Amazônia (35%), Cerrado (64%) e Caatinga (1%), formando um mosaico de paisagens com grande biodiversidade. As principais causas do desmatamento no Maranhão são a mineração, a pecuária, a agricultura em grande escala, a agricultura e o assentamento em pequena escala, a exploração madeireira insustentável e a produção de carvão e lenha. O Maranhão esteve entre os quatro estados com maior taxa de desmatamento entre 2019 e 2021⁶⁶.

Uma das ferramentas do estado para tratar de questões ambientais é o Programa Maranhão Parcerias (MAPA)⁶⁷, uma agência governamental responsável por estruturar parcerias estratégicas com o setor privado com base em oportunidades de negócios⁶⁸. Em 2021, foram atribuídas ao MAPA funções adicionais, incluindo a gestão de créditos de serviços e produtos ambientais e a redução de emissões do desmatamento e da degradação, especialmente por meio da criação de acordos de investimento financeiro, econômico e ambiental. O desenvolvimento de estratégias para mobilizar e levantar recursos financeiros e investimentos, como REDD+ jurisdicional e LA/JA, também foi incluído⁶⁹. Outras políticas ambientais importantes no Maranhão, além do MAPA, são as políticas ambientais⁷⁰, florestais e de biodiversidade⁷¹ do estado, o Zoneamento Ecológico e Econômico Estadual dos Biomas Amazônia⁷² e Cerrado⁷³, o Fórum Maranhense de Mudanças Climáticas⁷⁴, o Programa Maranhão Verde⁷⁵ e a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e REED⁷⁶.

O programa de JA do Maranhão é chamado de **Pacto PCI (Produzir, Conservar e Incluir) da Região de Balsas (PCI Maranhão)** e inclui 12 municípios e signatários que representam os setores público e privado, assim como organizações da sociedade civil. A Estratégia Jurisdicional definiu metas e resultados socioambientais para o estado até 2025⁷⁷. As prioridades territoriais já estão em vigor, permitindo a coordenação de ações coletivas e projetos públicos e privados. Em abril de 2021, representantes do governo estadual e de governos municipais, do setor privado (empresas, associações e produtores) e da sociedade civil do estado do Maranhão formalizaram a criação do Comitê Gestor do Pacto.

66 G1, 2022. [Maranhão é um dos quatro Estados do Brasil que mais desmatou entre 2019 e 2021, aponta Relatório Anual de Desmatamento.](#)

67 O Programa Maranhão Parcerias foi instituído pela Lei 11.140/2019.

68 MAPA. 2021. [Legislação.](#)

69 MAPA. 2022. [REDD+ MAPA.](#)

70 [Lei nº 5.405/2012.](#)

71 [Lei nº 8528/2006.](#)

72 [Lei nº 11.269/2020.](#)

73 [Lei nº 11.734/2022.](#)

74 [Lei nº 10.161/2014.](#)

75 [Decreto do Governador nº 32.969/2017.](#)

76 [Lei nº 11.578/2021.](#)

77 Para mais informações, vide o anexo.



Indonésia

Riau - Riau Hijau

A economia da província de Riau, na ilha de Sumatra, é fortemente orientada para a exportação e depende principalmente do setor de petróleo e gás e do cultivo de óleo de palma, que cobre quase 60% da sua área terrestre⁷⁸, e parcialmente das plantações de acácia (para papel e celulose). Em 2020, Riau tinha a maior área de plantações de óleo de palma em Sumatra com 2,8 milhões de ha e era o maior produtor de Óleo de Palma Bruto (CPO) com 9,5 milhões de toneladas⁷⁹. Sua base de produção consiste numa mistura de grandes plantações estatais e privadas, bem como de pequenos agricultores. De acordo com o World Resources Institute, 4 milhões de hectares de floresta foram perdidos em Riau entre 2001 e 2021, representando um declínio de 51% na cobertura florestal desde 2000. As principais causas da perda florestal são a exploração madeireira ilegal, a invasão ilegal de florestas, os incêndios florestais, a sobreposição do uso da terra e a conversão de florestas para outras atividades agrícolas (mineração, agricultura e plantações)⁸⁰. É importante ressaltar que Riau possui extensas áreas de turfa, que armazenam muito mais carbono do que as florestas e representam cerca de um terço da área total de turfa do país⁸¹.

Desde 2016, a taxa de desmatamento em Riau diminuiu significativamente. Até certo ponto, isto pode ser atribuído às moratórias de 2015 (Instrução Presidencial 5/2019) sobre a conversão de florestas primárias, a abertura de florestas de turfa e a expansão das plantações de óleo de palma. A nível provincial, Riau adotou o Plano de Desenvolvimento Regional a Médio Prazo 2019-2024 (Renchana Pembangunan Jangka Menengah Daerah, RPJMD). O distrito de Siak em Riau é membro fundador do Lingkar Temu Kabupaten Lestari (LTKL), um fórum de cooperação de governos regionais. O distrito comprometeu-se com o “Distrito Verde de Siak” com base na Portaria Distrital n.º 22/2018 para integrar os princípios de sustentabilidade no seu programa de desenvolvimento e utilização dos recursos naturais e melhorar o bem-estar da comunidade⁸². Além disso, Riau é uma das sete províncias que estão executando um projeto piloto de Desenvolvimento com Baixo Carbono (LCD - Low Carbon Development) desde que o governo provincial assinou um Memorando de Entendimento com o BAPPENAS em 2020. O LCD foi declarado a base central para o desenvolvimento futuro da Indonésia no RPJMN 2020-2024. De modo geral, o objetivo é aumentar o crescimento econômico e social por meio de um crescimento com baixas emissões que minimize a exploração dos recursos naturais. O relatório atualizado da Iniciativa LCD (LCDI) descreve vários cenários de acordo com a NDC atualizada sobre como a Indonésia pode atingir as metas do Acordo de Paris até 2030 e as metas de zero emissões líquidas até 2060 ou antes, ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico e a proteção ambiental.

78 Indústria de Óleo de Palma na Indonésia - Produção e Exportação de CPO | Indonesia-Investments (indonesia-investments.com)

79 Ditjenbun (Direktorat Jenderal Perkebunan Kementerian Pertanian Republik Indonesia, Diretoria Geral de Plantações e Culturas Agrícolas do Ministério da Agricultura da República da Indonésia), 2021. Estatísticas sobre os Principais Commodities Agrícolas do País Ministério da Agricultura, Jacarta.

80 Governo da Província de Riau, 2021. Decreto do Governador de Riau n.º 9/2021 sobre o Desenvolvimento Verde Sustentável de Riau 2019-2024.

81 De acordo com a Portaria do Ministério do Meio Ambiente e Florestas n.º 130/MENKLH/SETJEN/PKL.0/2/2017 sobre a Elaboração do Mapa Nacional de Funções dos Ecossistemas de Turfeiras.

82 <https://siakhijau.or.id/>.



Calimantã Oriental foi a primeira província da Indonésia a participar e implementar com sucesso o REDD+ no âmbito do acordo entre o governo indonésio e o Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal (FCPF).

A promoção da JA está implicitamente refletida no Plano de Ação Regional de Riau Verde (Riau Hijau) que foi formalizado por meio do Regulamento do Governador de Riau n.º 9/2021. Riau Hijau visa otimizar a gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável através da colaboração entre várias partes interessadas. O plano de ação define objetivos para aumentar a cobertura vegetal, a qualidade do ar e da água e ações de adaptação às alterações das condições ambientais. Embora a província de Riau não tenha adotado explicitamente uma JA, Riau Hijau serve como precursor da implementação generalizada da JA na província. Isto acontece porque o Riau Hijau é liderado diretamente pelo governo local e inclui metas claras, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação. Além disso, Riau Hijau foi desenvolvido com base no RPJMD, o que significa que o compromisso de fortalecer a colaboração entre as partes interessadas para uma melhor gestão dos recursos naturais é um objetivo global no futuro da província.

Calimantã Oriental – REDD+ Jurisdicional

Calimantã Oriental é uma das províncias da ilha de Bornéu, na Indonésia, com mais de 60% de sua área total coberta por florestas⁸³. A província tem o segundo maior PIB per capita da Indonésia e a sua economia baseia-se principalmente na exploração de recursos naturais como carvão, madeira, petróleo e gás⁸⁴. Calimantã Oriental é o terceiro maior emissor de carbono entre as províncias indonésias, depois de Calimantã Central e Riau. As principais causas das emissões são o desmatamento e a degradação florestal decorrentes de plantações, mineração, plantações de madeira, agricultura de subsistência, práticas insustentáveis de extração de madeira, incêndios florestais e terrestres, aquicultura e agricultura, que representam até 85% do total de emissões. Entre 2001 e 2021, Calimantã Oriental perdeu 3,55 milhões de hectares de cobertura de árvores⁸⁵.

Calimantã Oriental não tem um programa específico de JA e a implementação de políticas de conservação em nível jurisdicional é feita no âmbito do programa provincial de REDD+. Calimantã Oriental foi a primeira província da Indonésia a participar e implementar com sucesso o REDD+ no âmbito do acordo entre o governo indonésio e o Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial⁸⁶. Calimantã Oriental também se juntou ao GCF-TF e promulgou o Compromisso Verde de Calimantã Oriental pelo Decreto do Governador 22/2011. Isso foi seguido pela promulgação do Compromisso Verde de Calimantã Oriental pelo Decreto do Governador 22/2011.

83 <https://kaltimprov.go.id/halaman/potensi-kehutanan#:~:text=Potensi%20Kehutanan&text=Luas%20hutan%20Kalimantan%20Timur%20tahun,%2C%20dan%20hutan%20pendidikan%20Fpenelitian.>

84 <https://kaltim.bps.go.id/indicator/8/36/1/nilai-ekspor--impor-bulanan-.html>

85 [Global Forest Watch.](https://www.globalforestwatch.org/)

86 [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/08/indonesia-receives-first-payment-for-reducing-emissions-in-east-kalimantan.](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/08/indonesia-receives-first-payment-for-reducing-emissions-in-east-kalimantan)

O trabalho de REDD+ na província concentrou-se na melhoria da gestão da terra, no fortalecimento da capacidade governamental para a gestão florestal, na redução do desmatamento associado à expansão do óleo de palma, extração excessiva de madeira e plantações de madeira, na redução de invasões ao fornecer alternativas sustentáveis às comunidades, na gestão de programas e em monitoramento e avaliação. Para implementar estas medidas, o governo da província comprometeu-se a financiar 75% do orçamento total, com o restante vindo do setor privado e outros parceiros.

A liderança do governador e a criação de um grupo de trabalho multilateral – o Conselho Regional sobre Alterações Climáticas (Dewan Daerah Perubahan Iklim - DDPI), no qual estão representados os governos locais, o meio acadêmico e a sociedade civil – contribuíram significativamente para o desenvolvimento e implementação de medidas ambientais na província. O DDPI tem participado ativamente do desenvolvimento, entre outros, da Estratégia de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável de Calimantã Oriental e da Estratégia e Plano de Ação de REDD+ da Província de Calimantã Oriental, e do monitoramento da contribuição de cada setor. As questões relacionadas ao clima foram incluídas no Planejamento Regional de Calimantã Oriental (RTRW) 2016-2036 e no Plano de Desenvolvimento Regional de Médio Prazo (RPJMD) 2021-2024, integrando aspectos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao planejamento de redução de gases de efeito estufa, à avaliação ambiental estratégica e à biodiversidade. Portanto, o alinhamento dos compromissos verdes com o planejamento regional e as políticas relacionadas ajudará a garantir uma ação jurisdicional para atingir os objetivos ambientais da província.

A Portaria Provincial sobre Gestão Sustentável de Negócios Baseados no uso do solo incentiva o setor privado nesses setores a conservar a floresta natural (HCV) nas suas concessões em pelo menos

7%

Calimantã Ocidental – REDD+ Jurisdicional

A província de Calimantã Ocidental, também localizada em Bornéu, tem 37,68% de sua área coberta por florestas. A agricultura, a silvicultura e a pesca contribuem com cerca de 20% do PIB da província, com pesados investimentos em plantações, especialmente de óleo de palma (53% da produção agrícola)⁸⁷. O desmatamento em Calimantã Ocidental deve-se ao desmatamento de terras para a expansão da produção de óleo de palma e de outras plantações agroindustriais. Os incêndios florestais são um problema ambiental recorrente na província, assim como a poluição da terra e da água causada pela mineração e práticas agrícolas não regulamentadas. Outros problemas em Calimantã Ocidental incluem disputas de terras e questões de direitos indígenas, muitas vezes decorrentes da invasão de terras por atividades agrícolas e industriais.

Tal como Riau, Calimantã Ocidental desenvolveu um Plano de Desenvolvimento Regional a Médio Prazo (RPJMD, 2018-2023) que integra questões climáticas e florestais, sendo o desmatamento, a degradação e a gestão de resíduos os principais contribuintes para as alterações climáticas. O compromisso do governo de Calimantã Ocidental com as alterações climáticas e o uso da terra foi formalizado pela Portaria Provincial 6/2018 sobre Gestão Sustentável de Negócios Baseados no uso do solo. Este regulamento incentiva o setor privado nesses setores a conservar a floresta natural (HCV) nas suas concessões em pelo menos 7% da área de concessão. Este regulamento confere ao governo provincial o papel jurisdicional de manter o desenvolvimento florestal, incluindo a conservação das florestas, para apoiar o compromisso de Calimantã Ocidental de reduzir as emissões de gases do efeito de estufa do setor de uso do solo, alteração do uso do solo e florestas em 60% até 2020⁸⁸. Calimantã Ocidental também está comprometida com o desenvolvimento sustentável da terra, especificamente em quatro questões:

-  **1** Gestão de empresas sociais sustentáveis baseadas na terra
-  **2** Prevenção de incêndios florestais
-  **3** Plano de ação regional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
-  **4** Plano de ação regional para redução das emissões de gases do efeito de estufa e desenvolvimento com baixo carbono

Assim como em Calimantã Oriental, não há um programa de JA específico em Calimantã Ocidental, mas um conjunto de políticas no nível da jurisdição que também se relacionam à implementação de REDD+. O governo de Calimantã Ocidental tem se envolvido ativamente em políticas multilaterais desde 2010, além de seu envolvimento na GCF-TF. Em 2012, foi criada uma Força-Tarefa de REDD+ por meio do Decreto do Governador 115/BLHD/2012. Em 2016, Calimantã Ocidental tornou-se a primeira província a publicar os cálculos do Nível de Referência de Emissões Florestais (FREL) em colaboração com cientistas e ONGs. A preparação do documento FREL baseia-se na visão e na missão estabelecidas no documento Estratégia do Plano de Ação Provincial para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (SRAP REDD+), publicado em 2013⁸⁹. Em 2015-2016, Calimantã Ocidental foi nomeado coordenador da GCF-TF para representantes de cinco outras províncias da Indonésia (Calimantã Oriental, Calimantã Central, Aceh, Papua e Papua Ocidental).

A perspectiva de financiamento de REDD+ serviu de ponto de partida para algumas das primeiras iniciativas de JA na província e foi um fator que motivou o novo governador a manter políticas relacionadas com o apoio⁹⁰. Calimantã Ocidental teve o maior número de programas de REDD+ sob a sua jurisdição desde 2012, implementados com diferentes tipos de financiamento e em colaboração com diferentes partes interessadas. O compromisso com a abordagem jurisdicional em Calimantã Ocidental tem como foco a proteção e a conservação das florestas e da turfa. Em 2016, foram identificados três pilares principais como estratégia de redução de emissões:

- 
1 Fortalecer a unidade de gestão florestal
- 
2 Regulamentar o planejamento territorial e as licenças
- 
3 Criar parcerias com o setor privado para garantir que as commodities sejam produzidas de forma sustentável e ecológica

Além disso, um Sistema de Informações de Salvaguarda (SIS) e ferramentas de Monitoramento, Comunicação e Verificação (MRV - Monitoring, Reporting, and Verification) foram estabelecidos para melhorar a implementação de REDD em Calimantã Ocidental.

Desafios para a adoção das LA/JAs



3

Desafios para a adoção das LA/JAs



Falta de reconhecimento das LA/JAs

Pode-se argumentar que a falta de reconhecimento “literal” do valor das LA/JAs é convertida em um desrespeito formal pelo conceito nas políticas relevantes. Um número crescente de estudos destaca as LA/JAs como uma estrutura de implementação central para alcançar objetivos ambientais e sociais múltiplos e interligados delineados em tais acordos. Isso indica que o conceito relativamente novo e acadêmico das LA/JAs ainda não encontrou uma conversão prática e integração na elaboração de políticas públicas.

Estudos e artigos técnicos sobre deficiências e ações necessárias para acelerar a adoção das LA/JAs acrescentam vários aspectos importantes às conclusões delineadas. Sobre o reconhecimento formal das LA/JAs, salienta-se que “os formuladores de políticas públicas precisam aumentar o envolvimento entre os ministérios para estimular a criação de políticas que levem em conta os objetivos conflitantes e concorrentes em qualquer cenário”⁹¹. Outros achados destacam a necessidade de manter o apoio político às LA/JAs após mudanças governamentais e burocráticas⁹².



Falta de padronização

As políticas globais são insuficientes para fornecer padronização ao conceito por meio, por exemplo, de diretrizes normativas ou do apoio ao trabalho científico e, portanto, do fornecimento de informações baseadas em evidências sobre as LA/JAs. As iniciativas lideradas por intervenientes internacionais, regionais ou nacionais que promovem as LA/JAs são, até certo ponto, complementares às políticas globais, na medida em que o seu trabalho abrange aspectos que faltam nas políticas globais. Para começar, elas trabalham no fornecimento de diretrizes normativas (por exemplo, ISEAL) e grupos de discussão corporativos (por exemplo, Coalizão de Ação Positiva para Florestas).

⁹¹ Como as abordagens de paisagem podem ajudar a alcançar os ODS – em três etapas (desafiadoras) - CIFOR Forests News

⁹² Abordagens jurisdicionais para o uso sustentável de recursos - Evidensia



Conhecimento insuficiente sobre o ambiente favorável/incentivos para o envolvimento do setor privado

O conhecimento insuficiente sobre o ambiente favorável/incentivos para o envolvimento do setor privado resulta na falta de parcerias público-privadas. Os governos não compreendem como atrair o setor privado e o setor privado não compreendeu completamente as vantagens de se envolver nas LA/JAs. Os fatores que contribuem vão desde a falta de dados disponíveis até à falta de plataformas de intercâmbio. Em comparação com as políticas ambientais globais, as iniciativas lideradas por intervenientes internacionais, nacionais ou regionais visam resolver estas questões, sendo impulsionadas ou tendo uma forte integração do setor privado e fornecendo melhores dados sobre as LA/JAs (por exemplo, LandScale).

Sobre as informações baseadas em evidências das LA/JAs, as pesquisas apontam falta de evidências de eficácia das LA/JAs^{93,94}. No entanto, outro estudo conclui que tal “falta de evidências limita a capacidade de mostrar onde e sob que condições as abordagens de paisagem são bem-sucedidas (ou mesmo viáveis)⁹⁵”. Os autores também salientam que ainda não está claro qual a melhor forma de abordar o setor privado para se envolver em LA/JAs. Sob a perspectiva do financiamento, pesquisas apontam que estas “exigem recursos financeiros significativos, e atrair e manter financiamento suficiente pode ser um grande desafio⁹⁶”.



93 <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0264837716312091>

94 [Medir a eficácia das abordagens de paisagem para a conservação e o desenvolvimento | SpringerLink](#)

95 [Abordagens de paisagem integradas nos trópicos: Um breve balanço - ScienceDirect](#)

96 [Abordagens jurisdicionais para o uso sustentável de recursos - Evidensia](#)

Tabela 4. Desafios específicos para a adoção e implementação de LA/JAs no Brasil e na Indonésia

A tabela está organizada de acordo com os cinco elementos estruturais que “todas as iniciativas jurisdicionais que procuram operar de forma eficaz” devem ter implementados de acordo com o Guia de Boas Práticas⁹⁷ para JA da ISEAL.

Elemento Estrutural	Mato Grosso	Pará	Acre	Tocantins	Maranhão	Riau	Calimantã Oriental	Calimantã Ocidental
 <p>Partes Interessadas Engajadas As principais partes interessadas na jurisdição, incluindo o governo local e as empresas produtoras, são identificadas e ativamente envolvidas na iniciativa.</p>	<p>Conflito de interesses entre grupos econômicos tradicionais e partes interessadas menos influentes que não conseguem posicionar e defender as suas posições (por exemplo, desistindo de trabalhar com pesticidas e de apoiar a produção orgânica) da mesma forma que os grandes produtores de commodities da região, que têm maior diálogo com líderes políticos.</p>				<p>O PCI do Maranhão poderia se beneficiar de uma melhor deliberação pública sobre questões de mudanças climáticas, potencializando a ação pública em direção às metas estabelecidas para o território. Com uma rede de agentes que discutem periodicamente estratégias para combater as questões ambientais, os projetos de JA/LAs podem receber maior atenção de todas as partes interessadas, contribuindo para a conservação das florestas, o bem-estar das comunidades locais e outros benefícios.</p>			
 <p>Governança Procedimentos operacionais claros e transparentes definem a situação jurídica da iniciativa e as funções de governança, responsabilidades e tomada de decisões para as diferentes partes interessadas nessa iniciativa.</p>	<p>O envolvimento do governo com as JAs pode variar ao longo do tempo, o que é prejudicial para os resultados em longo prazo e para a realização dos objetivos coletivos. Os objetivos compartilhados devem ser abrangentes e isolados da pressão política, caso contrário a credibilidade e a legitimidade das JAs poderão ser comprometidas ao longo do tempo.</p>				<p>Ausência de um Plano Estadual Atualizado de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais. Não foi identificado um programa atualizado com metas temporais para reduzir o desmatamento e as queimadas nos biomas do estado. Um plano público de fácil acesso para identificar regiões vulneráveis e iniciativas de proteção florestal é crucial para responsabilizar o Estado pelos objetivos de conservação das JAs.</p>	<p>1) As JAs como estrutura para a gestão sustentável da paisagem ainda não são explicitamente referenciadas nas principais políticas e regulamentos da província. 2) Falta de cooperação nacional e subnacional, gestão integrada de dados e capacidade dos funcionários do governo. A capacidade insuficiente dos funcionários do governo pode ser qualificada como conhecimento inadequado sobre JAs e falta de experiência sobre como implementar JAs na prática.</p>		
 <p>Estrutura de Progresso Metas ou resultados de impacto em sustentabilidade, metas e marcos com prazos são definidos para a jurisdição, e os planos de ação estabelecem as etapas necessárias para cumprir os marcos e resultados.</p>	<p>1) Em 2021, os objetivos estratégicos do PCI foram alterados. Dois deles se destacam⁹⁸:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▼ O desmatamento ilegal deveria terminar em 2020, mas a data foi adiada para 2030. ▼ 90% das propriedades rurais do Estado deveriam ter sido cadastradas no sistema CAR em 2016 (adiado para 2024) e 100% (alterado para 90%) dessas informações deveriam ter sido validadas pelo Estado em 2018 (adiado para 2024). <p>Mudanças significativas como esta poderiam sinalizar uma falta de compromisso e capacidade do Estado para fazer cumprir acordos previamente definidos entre múltiplas partes interessadas, o que poderia comprometer a credibilidade e a legitimidade das JAs ao longo do tempo.</p> <p>2) Metas cruciais como “alcançar 0% de desmatamento ilegal até 2030” são difíceis de serem alcançadas e não estão avançando como o desejável.</p>	<p>As metas e as ferramentas digitais de monitoramento e avaliação das JAs do Pará foram lançadas oficialmente no segundo semestre de 2022, o que não nos permite avaliar os resultados alcançados até o momento.</p> <p>De qualquer forma, as recomendações apresentadas para a estrutura de progresso do Mato Grosso também podem ser usadas para o Pará: mudanças significativas nas metas das JAs poderiam sinalizar uma falta de comprometimento e capacidade do estado para fazer cumprir acordos previamente definidos entre múltiplas partes interessadas, o que poderia comprometer a credibilidade e a legitimidade das JA ao longo do tempo.</p>						

⁹⁹ <https://www.isealalliance.org/get-involved/resources/making-credible-jurisdictional-claims-good-practice-guide-v11-2022>

¹⁰⁰ Mato Grosso State & PCI. Update of the PCI strategic goals for Mato Grosso – 2030 Vision.

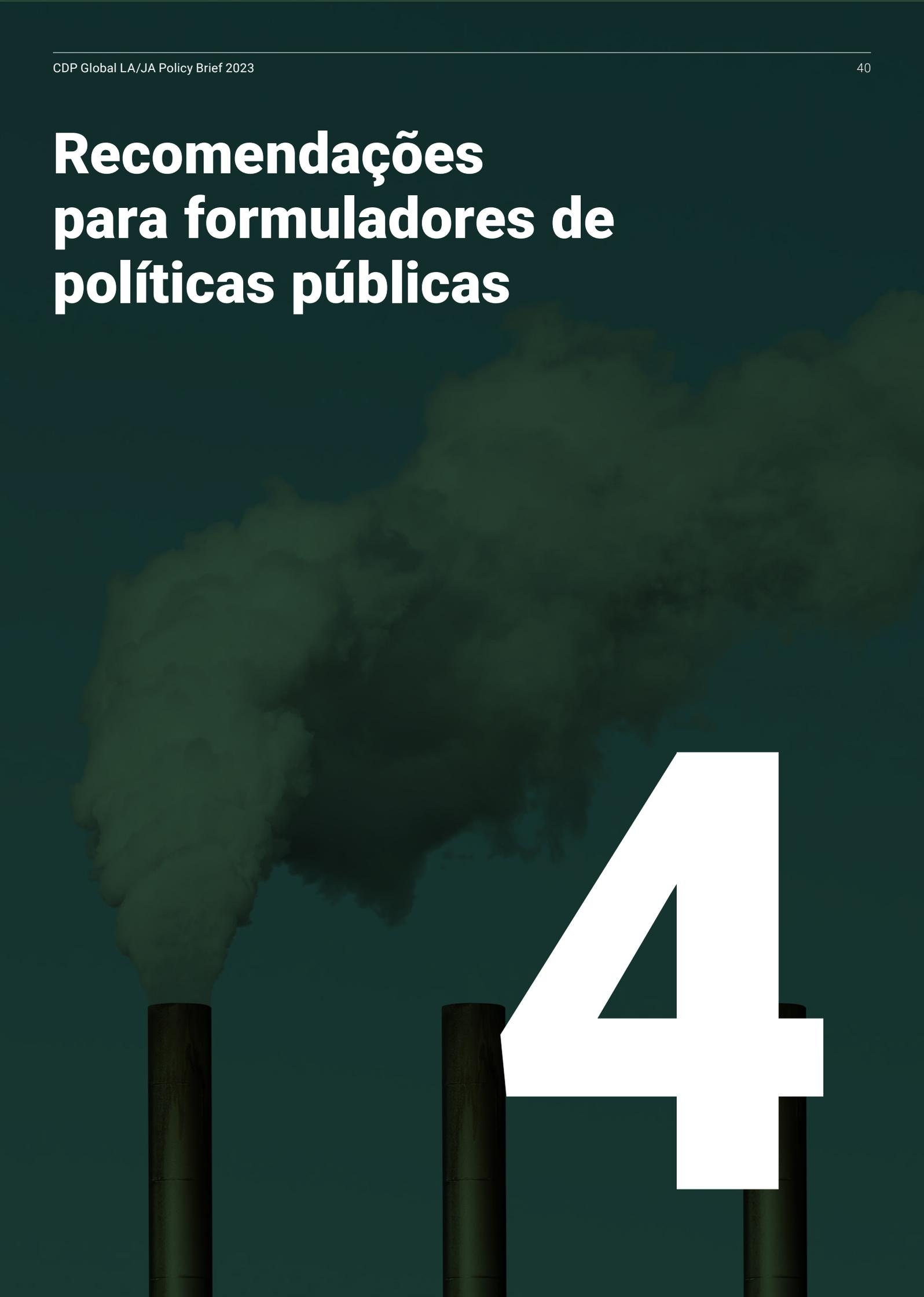
Elemento Estrutural	Mato Grosso	Pará	Acre	Tocantins	Maranhão	Riau	Calimantã Oriental	Calimantã Ocidental
 <p>Financiamento</p> <p>A iniciativa jurisdicional definiu um orçamento e garantiu ou identificou recursos suficientes para o funcionamento contínuo da iniciativa, incluindo o monitoramento do progresso.</p>	<p>A baixa visibilidade da iniciativa e dos projetos a ela associados, dentro e fora da jurisdição, pode estar impedindo-os de receber fundos nacionais e internacionais adicionais, especialmente de possíveis partes interessadas do setor privado ou de fontes de financiamento internacional.</p>			<p>O Tocantins ainda não possui um programa REDD+ criado por lei. REDD+ poderia contribuir para melhorar os fluxos de capital para atingir os objetivos do CST. Assim que os programas REDD+ forem concebidos e executados, o estado poderá ter acesso a fundos que são canalizados para a proteção florestal.</p>	<p>1) Ausência de Imposto Ecológico (ICMS Ecológico⁹⁹). O Maranhão é um dos estados brasileiros que não adota o imposto ecológico. Isso significa que seus municípios que apresentam melhor desempenho ambiental não recebem maiores compensações financeiras do estado.</p> <p>2) Ausência de um fundo estatal para iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os projetos e objetivos das LA/JAs podem se beneficiar de fundos estatais canalizados especificamente para combater as mudanças climáticas, promover cadeias de fornecimento sustentáveis e proteger as florestas. Quanto maior for a variedade de mecanismos financeiros estatais, maior será a capacidade dos projetos das LA/JAs acederem a mais recursos e obterem melhores resultados a longo prazo.</p>	<p>O Governo da Província de Riau atribuiu financiamento relacionado com as mudanças climáticas que é implicitamente dedicado às JAs, mas o financiamento ainda é insuficiente para financiar todas as atividades planejadas, tal como estabelecido no seu documento de planejamento regional.</p>		<p>O maior desafio na implementação de REDD+ na província é o baixo nível de apoio financeiro. Ausência de esquemas de financiamento multilaterais ou bilaterais que apoiem o que Calimantã Ocidental realizou em termos de esforços para reduzir o desmatamento e as emissões de degradação.</p>
 <p>Sistema de Monitoramento</p> <p>Existência de uma estrutura para monitorar as melhorias de desempenho na paisagem, em conjunto com a capacidade de gerenciar e analisar os dados e comunicar os resultados com precisão.</p>	<p>As plataformas de monitoramento e avaliação dão os primeiros passos para garantir a transparência e a responsabilização no setor de uso da terra a nível estatal, mas não é possível saber como e em que medida cada projeto contribui para o avanço dos objetivos das JAs. As informações que faltam nas plataformas incluem uma descrição da iniciativa, a sua fase de implementação, os resultados pretendidos ou alcançados, como estão contribuindo com os KPIs e quanto investimento ainda é necessário para atingir os seus objetivos.</p>			<p>1) Ausência de Plataforma de Monitoramento e Avaliação das JAs. Tal fato não contribui para a responsabilização e transparência do desempenho jurisdicional, dificultando a manutenção de um elevado nível de envolvimento das partes interessadas, especialmente entre investidores e empresas, que normalmente exigem dados atualizados para a tomada de decisões financeiras. A ausência de um site organizado também não contribui para uma estratégia de comunicação da iniciativa de atração de fluxo de capital para a região.</p> <p>2) Falta de capacidade de validação da situação de conformidade ambiental das propriedades rurais do estado. A validação do CAR é fundamental para um planejamento efetivo do uso do solo e para o cumprimento da legislação ambiental. 85% e 83% das informações das propriedades rurais do Tocantins e do Maranhão, respectivamente, foram classificadas como "não validadas". Com uma melhor validação do CAR nos estados, o M&E das metas das JAs será facilitado.</p>	<p>As jurisdições já possuem mecanismos de monitoramento e avaliação de determinados projetos que adotaram implicitamente as JAs (leia-se: REDD+), que podem ser monitorados de forma transparente por meio do Sistema de Registro Nacional. No entanto, os mecanismos de monitoramento atuais não foram vinculados às metas verdes do governo local ou às metas nacionais de sustentabilidade.</p>			

97 <https://www.isealliance.org/get-involved/resources/making-credible-jurisdictional-claims-good-practice-guide-v11-2022>

98 Estado do Mato Grosso e PCI. Atualização das metas estratégicas do PCI para Mato Grosso – Visão 2030.

99 O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que permite aos municípios acessar uma parcela maior das receitas do estado do que a que originalmente tinham direito, caso comprovem que possuem políticas ambientais atualizadas e de boa qualidade que protegem a natureza.

Recomendações para formuladores de políticas públicas



4

Recomendações para formuladores de políticas públicas

Com base nos desafios identificados, esta seção elenca recomendações que podem ser aproveitadas por formuladores de políticas públicas de todo o mundo que pretendam promover as LA/JAs.



1 Os países devem apoiar o reconhecimento formal e explícito das LA/JAs nos acordos ambientais internacionais e trabalhar em conjunto numa definição padronizada e unificada.

Embora a ação a nível jurisdicional e de paisagem seja indiretamente reconhecida como importante nos regimes ambientais internacionais, ainda não existe uma definição multilateralmente acordada de LA/JAs, nem um consenso sobre como exatamente tais abordagens deveriam ser. No entanto, as LA/JAs são mecanismos promissores que podem ajudar os países a ultrapassar abordagens isoladas, permitindo aos formuladores de políticas públicas abordar simultaneamente as metas climáticas e de biodiversidade. Para garantir que as LA/JAs ganhem mais força, os países devem apoiar o desenvolvimento adicional e a adoção em larga escala de uma definição padrão e de diretrizes normativas sobre a concepção e implementação das LA/JAs. Essa definição e orientações devem ser formalizadas no mais alto nível possível, por um dos comitês das Nações Unidas ou por uma das suas convenções ambientais, como a CQNUMC ou a CDB.



2 Os governos nacionais devem reforçar o seu apoio às estratégias jurisdicionais subnacionais e às estruturas de governança que visam implementar as LA/JAs.

Acelerar a adoção das JAs requer o desenvolvimento de uma estrutura política integrada, impulsionada pelos formuladores de políticas públicas nacionais e subnacionais, que se baseie na cooperação de todas as partes interessadas. Tal estrutura política integrada é fundamental para garantir a coordenação intersetorial e a redução de interesses sobrepostos e conflitantes entre as autoridades públicas nacionais e subnacionais. O desenvolvimento de uma estrutura política integrada deve também considerar a consagração das JAs na estrutura política das jurisdições como leis, e não simplesmente como regulamentos ou decretos, para ajudar a garantir que os programas permanecerão em vigor em caso de mudanças políticas. Desta forma, a continuidade, a credibilidade e a legitimidade das JAs são reforçadas, facilitando ainda mais o envolvimento das partes interessadas relevantes, como o setor privado.



3 Jurisdições devem criar plataformas de monitoramento e avaliação robustas e transparentes.

A credibilidade é “um dos fatores mais importantes que influenciam a capacidade das jurisdições de atrair os parceiros que necessitam¹⁰⁰”. Ter uma plataforma digital implementada traz transparência ao destacar princípios, critérios e indicadores para avaliar práticas e impactos relacionados à transição para um modelo de desenvolvimento sustentável em um determinado território¹⁰¹. Também responsabiliza o governo pelas metas coletivas estabelecidas e fornece aos investidores e ao setor privado dados atualizados para a tomada de decisões financeiras.



4 Os Estados e as regiões podem divulgar através do CDP para garantir relatórios padronizados sobre o progresso e facilitar a atração de financiamento do setor privado.

É crucial atrair novos investidores e empresas com interesse em financiar iniciativas de desenvolvimento territorial de baixo carbono que se alinhem com os esforços privados de sustentabilidade. Para este efeito, devem ser mobilizadas grandes campanhas de comunicação e divulgação para divulgar as LA/JAs. O trabalho do CDP pode catalisar mecanismos diretos e indiretos para direcionar o financiamento para paisagens sustentáveis e jurisdições subnacionais. Nosso mecanismo de divulgação apoia a consolidação das LA/JAs, incentivando os mercados de capitais a impulsionarem a divulgação sobre as LA/JAs e incentivando as empresas e os governos subnacionais a se envolverem de forma confiável nessas iniciativas. Os dados da plataforma do CDP ajudam a acompanhar o progresso e as tendências globais das LA/JAs e permitem que os formuladores de políticas públicas e as partes interessadas do setor privado obtenham uma imagem mais clara sobre os fatores impulsionadores e as oportunidades por trás destas. No geral, os dados do CDP permitem que os formuladores de políticas públicas desenhem as LA/JAs de forma a reforçar o envolvimento do setor privado e a ligar as iniciativas ao interesse do mercado no desenvolvimento de uma economia sustentável e resiliente.

100 Stickler, CM, AE Duchelle, JP Ardila, DC Nepstad, OR David, C Chan, JG Rojas, R Vargas, TP Bezerra, L Pritchard, J Simmonds, JC Durbin, G Simonet, S Peteru, M Komalasari, ML DiGiano, MW Warren. 2018. [Estado de Sustentabilidade Jurisdicional, p.9](#). San Francisco, EUA: Instituto de Inovação da Terra/Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional/Boulder, EUA: Secretaria do Grupo de Trabalho dos Governadores para o Clima e as Florestas.

101 Stickler, CM, AE Duchelle, JP Ardila, DC Nepstad, OR David, C Chan, JG Rojas, R Vargas, TP Bezerra, L Pritchard, J Simmonds, JC Durbin, G Simonet, S Peteru, M Komalasari, ML DiGiano, MW Warren. 2018. [Estado de Sustentabilidade Jurisdicional, p.9](#). San Francisco, EUA: Instituto de Inovação da Terra/Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional/Boulder, EUA: Secretaria do Grupo de Trabalho dos Governadores para o Clima e as Florestas.



5 Os governos nacionais e subnacionais devem conceber e implementar políticas econômicas e incentivos financeiros que permitam o financiamento de longo prazo para jurisdições e paisagens.

É crucial explorar fontes de financiamento adicional e conectar projetos aos mecanismos econômicos e financeiros já existentes. As deficiências de financiamento devem ser identificadas e comunicadas pelos governos subnacionais e pelos desenvolvedores de programas não estatais. Os formuladores de políticas públicas precisam garantir que as deficiências de financiamento identificadas sejam superadas rapidamente para ajudar as jurisdições a alcançarem maiores fluxos de capital para políticas ambientais centradas no aumento do nível de sustentabilidade socioambiental da jurisdição. Os mecanismos econômicos e financeiros podem variar desde a adoção de um imposto ecológico para transferir mais dinheiro para municípios com bom desempenho ambiental até ao desenvolvimento de programas REDD+ ou outro pagamento por serviços ambientais estruturados por lei.



6 Deve ser assegurada a participação de grupos sociais menos influentes, tais como posseiros e proprietários locais de terras, no desenvolvimento e implementação de projetos.

Para alcançar os indicadores de desenvolvimento sustentável e os macro objetivos das JAs, os governos subnacionais devem conceber e aplicar acordos econômicos setoriais amplos com os principais setores econômicos, colocando ao mesmo tempo especial ênfase no reforço da inclusão de grupos menos influentes no processo de tomada de decisões (por exemplo, povos indígenas, comunidades locais, ONGs e pequenos/médios produtores). Isso se aplica especificamente aos casos em que alguns produtos são os principais motores do desmatamento e um pequeno número de intervenientes concentra muito poder político. É necessário garantir que as comunidades tradicionais e os povos indígenas tenham os seus direitos protegidos e recebam benefícios socioeconômicos das atividades econômicas que realizam e dos serviços ecossistêmicos que sustentam.

Anexos



5

Anexo I: Referências relacionadas às LA/JAs em acordos ambientais internacionais

Acordo Internacional	Onde os termos relacionados às LA/JAs são mencionados?	Detalhes	Menções específicas ao setor privado?
UNFCCC 1992	Artigo 4(1e) Compromissos	“Cooperar na preparação para a adaptação aos impactos das mudanças climáticas; desenvolver e elaborar planos adequados e integrados para a gestão das zonas costeiras, os recursos hídricos e a agricultura, e para a proteção e reabilitação de áreas, principalmente na África, afetadas pela seca e pela desertificação, bem como pelas inundações.”	
Acordo de Paris	Artigo 5(2)	“As Partes são incentivadas a tomar medidas para implementar e apoiar, inclusive através de pagamentos baseados em resultados, a estrutura existente, conforme estabelecido nas orientações e decisões relacionadas já acordadas no âmbito da Convenção para: abordagens políticas e incentivos positivos para atividades relacionadas com a redução de emissões provenientes do desmatamento e a degradação florestal, e o papel da conservação, da gestão sustentável das florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento; e abordagens políticas alternativas, tais como abordagens conjuntas de mitigação e adaptação para a gestão integral e sustentável das florestas, (...)”	
	Artigo 6(8)	“As Partes reconhecem a importância de abordagens não mercantis integradas, holísticas e balanceadas estarem disponíveis para as Partes para ajudar na implementação das suas contribuições determinadas a nível nacional, (...)”	Estas abordagens terão como objetivo “aumentar a participação dos setores público e privado na implementação das NDC”.
CBD 1992	Artigo 6 (b) Medidas Gerais de Conservação e Uso Sustentável	“Integrar, tanto quanto possível e apropriado, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais relevantes.”	
CBD	Estrutura Primário de Ação	A abordagem ecossistêmica é uma estratégia para a gestão integrada da terra, da água e dos recursos vivos que promove a conservação e a utilização sustentável de forma equitativa. (...) Conforme descrito pela Conferência das Partes, a abordagem ecossistêmica é a principal estrutura de ação no âmbito da Convenção. “ As diretrizes operacionais para a aplicação da abordagem ecossistêmica listam (1) foco nas relações e nos processos dentro do ecossistema, (2) aumento do compartilhamento de benefícios, (3) uso de práticas de gerenciamento adaptativo, (4) implementação de ações de gestão na escala apropriada para o problema que está sendo tratado, com descentralização para o nível mais baixo, quando apropriado, e (5) garantia da cooperação intersetorial (...).	O Princípio 12 para a aplicação da abordagem ecossistêmica estabelece que todos os setores relevantes da sociedade e disciplinas científicas devem ser envolvidos.
Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal	Meta 2	“Garantir que pelo menos 20% dos ecossistemas degradados de água doce, marinhos e terrestres estejam sob restauração, garantindo a conectividade entre eles e concentrando-se nos ecossistemas prioritários. - Garantir a conectividade de funções e serviços entre ecossistemas e usos do solo é a principal razão para trabalhar numa escala de paisagem. Além disso, as LA/JAs sempre inclui medidas de restauração em áreas degradadas.	
	Meta 3	“Garantir que, globalmente, pelo menos 30% das áreas terrestres e marinhas, em particular as áreas de importância especial para a biodiversidade e sua contribuição para as pessoas, sejam conservadas por meio de sistemas de áreas protegidas bem conectados, ecologicamente representativos e gerenciados de forma eficaz e equitativa, além de outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas e integradas a paisagens terrestres e marinhas mais amplas.” - Menciona explicitamente que os esforços de conservação devem ser empreendidos levando-se em conta paisagens terrestres e marinhas mais amplas, bem como aspectos sociais, que são fundamentos e princípios fundamentais das LA/JAs.	
	Meta 8	“Reduzir ao mínimo os efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade, contribuir para a mitigação e adaptação por meio de abordagens baseadas em ecossistemas, contribuindo com pelo menos 10 Gt CO ₂ e por ano para os esforços globais de mitigação das mudanças climáticas, e garantir que todos os esforços de mitigação e adaptação evitem impactos negativos sobre a biodiversidade.” - Uma abordagem baseada no ecossistema é vista como sinônimo de LA, onde a paisagem é ecologicamente definida. Além disso, no Sul Global, com um objetivo mais amplo de JA, o JREDD+ desempenhará um papel fundamental na articulação das agendas climáticas e de biodiversidade numa jurisdição subnacional.	
	Meta 14	“Integrar totalmente os valores da biodiversidade nas políticas, regulamentos, planejamento, processos de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza, avaliações estratégicas e de impacto ambiental em todos os níveis de governo e em todos os setores da economia, garantindo que todas as atividades e fluxos financeiros estejam alinhados com os valores da biodiversidade.” - Todos os níveis de governo – incluindo jurisdições subnacionais (dando à JA um papel na facilitação de ações nacionais e locais sobre biodiversidade). Todos os setores da economia – a natureza intersetorial das LA/JAs abrange múltiplos setores econômicos.	
	Meta 15	“Todas as empresas (públicas e privadas, grandes, médias e pequenas) avaliem e relatem suas dependências e impactos sobre a biodiversidade, do local ao global, e reduzam progressivamente os impactos negativos em pelo menos metade e aumentem os impactos positivos, reduzindo os riscos relacionados à biodiversidade para os negócios e desenvolvendo a sustentabilidade total das práticas de extração e produção, compras e cadeias de suprimentos, e uso e descarte.” - Os compromissos em LA/JA das empresas precisam avançar para demonstrar os impactos sobre a biodiversidade.	Meta de biodiversidade diretamente relacionada a empresas e ao setor privado.
	Meta 21	“Assegurar a participação igualitária e efetiva dos povos indígenas e das comunidades locais na tomada de decisões relacionadas à biodiversidade e respeitar seus direitos à terra, aos territórios e aos recursos, bem como das mulheres, meninas e jovens.” - Os processos sociais, de bem-estar humano, multilaterais e de governança não são apenas incentivados nas LA/JAs, como são um princípio e um elemento de sucesso.	

International Agreement	Where are LA/JA-related terms mentioned?	Details	Specific mentions to the private sector?
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Parágrafo 2	<p>“Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada.”</p>	<p>Reconhece o papel dos diversos setores privados, desde microempresas a cooperativas e multinacionais, (...) na implementação da agenda. Apela ao incentivo e à promoção de parcerias multilaterais, como as PPPs, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização das metas de desenvolvimento sustentável dos ODSs em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento.</p>
	Parágrafo 11	<p>“Os desafios e compromissos contidos nessas grandes conferências e cúpulas (da ONU) estão inter-relacionados e exigem soluções integradas. (...)”</p>	
	Parágrafo 55	<p>“Os ODSs e as metas são integrados e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis (...)”</p>	
	SDG 2.4	<p>“Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.”</p>	
	SDG 6.5	<p>“Até 2030, implementar a gestão integrada de recursos hídricos em todos os níveis, inclusive por meio de cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.”</p>	
	SDG 15.9	<p>“Até 2020, integrar os valores de ecossistema e biodiversidade ao planejamento nacional e local, aos processos de desenvolvimento e às estratégias e cálculos de redução da pobreza.”</p>	
UNCCD	Introdução Parágrafo 1	<p>“O combate à desertificação/degradação da terra e à seca (DLDD - Desertification/Land Degradation and Drought) envolverá estratégias integradas de longo prazo que se concentrem simultaneamente na melhoria da produtividade da terra e na reabilitação, conservação e gestão sustentável dos recursos terrestres e hídricos.”</p>	<p>A estrutura de implementação descreve como os países podem fazer uso de parcerias público-privadas e acordos inovadores.</p>
	Objetivo estratégico 1	<p>“Melhorar a condição dos ecossistemas afetados, combater a desertificação/degradação da terra, promover a gestão sustentável da terra e contribuir para a neutralidade da degradação da terra.”</p>	
Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra	Introdução	<p>“Nós, os líderes dos países identificados abaixo: Enfatizamos os papéis críticos e interdependentes das florestas de todos os tipos, da biodiversidade e do uso sustentável da terra para permitir que o mundo atinja suas metas de desenvolvimento sustentável.”</p>	<p>O Objetivo 5 declara que os signatários se comprometem a aumentar significativamente o financiamento e o investimento de uma ampla variedade de fontes públicas e privadas.</p>
		<p>“Reconhecer que, para atingir nossas metas de uso da terra, clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, tanto global quanto nacionalmente, serão necessárias novas ações transformadoras nas áreas interconectadas de produção e consumo sustentáveis; desenvolvimento de infraestrutura; comércio; financiamento e investimento; e apoio a pequenos proprietários, povos indígenas e comunidades locais.”</p>	
Objetivo 6	<p>“Facilitar o alinhamento dos fluxos financeiros com as metas internacionais para reverter a perda e a degradação das florestas, garantindo, ao mesmo tempo, a existência de políticas e sistemas robustos a fim de acelerar a transição para uma economia resiliente e que promova as florestas, o uso sustentável da terra, a biodiversidade e as metas climáticas.”</p>		
Declaração de Nova York sobre Florestas (NYDF - New York Declaration on Forests) (atualização)	Objetivo	<p>“Recompensar os países e as jurisdições que, por meio de ações, reduzem as emissões florestais e conservam e preservam as florestas – especialmente por meio de políticas públicas para aumentar os pagamentos por reduções comprovadas de emissões e a aquisição de commodities pelo setor privado.”</p>	<p>De modo geral, os signatários da NYDF são partes interessadas públicas e privadas que estão se comprometendo coletivamente, com seus diferentes mandatos, capacidades e circunstâncias, a fazer sua parte para atingir os objetivos da NYDF em parceria, inclusive garantindo a existência de incentivos econômicos fortes e de grande escala, proporcionais ao tamanho do desafio.</p>

Anexo II: Mecanismos de acordos ambientais internacionais que influenciam a adoção de LA/JAs

Acordo Internacional	Como essas estruturas podem influenciar a adoção das LA/JAs?	Detalhes
UNCCD	Assistência técnica e científica	A Science Policy Interface forneceu evidências com base científica sobre a possível contribuição do planejamento integrado do uso da terra (ILUP) e da gestão integrada de paisagens (ILM) para uma mudança transformadora positiva, a fim de alcançar a neutralidade da degradação da terra (LDN – Land Degradation Neutrality) e abordar questões de desertificação/degradação da terra e seca. O relatório oferece uma visão geral analítica de ferramentas e abordagens comuns usadas, ou que podem ser usadas, para apoiar o planejamento integrado do uso da terra (ILUP) e a gestão integrada da paisagem (ILM), além de identificar maneiras pelas quais essas ferramentas e abordagens podem ajudar a atingir as metas de LDN. Além disso, os documentos de trabalho publicados pela CNUCD e produzidos por parceiros externos avaliam a ILM como um meio viável de alcançar o desenvolvimento sustentável e equitativo , ou o papel da restauração ecológica para a reabilitação de paisagens de produção com uma abordagem integrada.
UNCCD	Capacitação	A WOCAT (World Overview of Conservation Approaches and Technologies - Visão geral mundial das abordagens e tecnologias de conservação) é um consórcio de instituições para apoiar a adoção, adaptação, disseminação e integração da gestão sustentável da terra (SLM - sustainable land management) e o compartilhamento das melhores práticas de SLM pelos países membros da CNUCD. O objetivo é ajudar os usuários da terra e o público a se beneficiarem de serviços de ecossistema seguros e da capacidade de adaptação a um mundo em rápida mudança. A WOCAT desenvolveu um banco de dados com mais de 500 estudos de caso sobre tecnologias (atividades implementadas no campo) e mais de 250 abordagens (estratégia ou ambiente propício necessário para implementar as tecnologias com sucesso), bem como dados geográficos (mapas de degradação e SLM em diferentes escalas). Oficialmente reconhecida pela CNUCD, a WOCAT tem a incumbência de apoiar os 196 países signatários no registro de suas melhores práticas de SLM e no uso do conhecimento de SLM das partes interessadas em todo o mundo – desde usuários da terra até tomadores de decisão – para melhorar a gestão local da terra. Em 2020, a parceria CNUCD-WOCAT foi ampliada para impulsionar a adoção de práticas de SLM em todo o mundo por meio de uma parceria global fortalecida. O banco de dados contém vários projetos que podem ser encontrados ao pesquisar por “paisagem integrada”, “abordagem de paisagem” ou “abordagem de ecossistema”.
UNCCD	Capacitação	A CNUCD criou um Centro de Conhecimento no qual inclui publicações relevantes sobre ILM, como esta publicação com diretrizes de políticas públicas.
UNFCCC	Capacitação	A REDD+ Web Platform da CQNUMC foi criada com o objetivo de disponibilizar informações sobre os resultados das atividades relacionadas à implementação nacional de REDD+ nos termos do Artigo 5, incluindo atividades de capacitação, demonstração de atividades, abordagem dos fatores de desmatamento e mobilização de recursos.
UNFCCC	Assistência técnica e científica	A CQNUMC também analisa tecnicamente os resultados de REDD+ submetidos à REDD+ Web Platform da CQNUMC e verifica as reduções e remoções de carbono. Além disso, informações sobre pagamentos baseados em resultados já transferidos para reduções verificadas do Fundo Verde para o Clima, bem como dos governos da Noruega, Alemanha e Reino Unido, são publicadas no Lima REDD+ Information Hub . Recentemente, a plataforma REDD.plus foi criada pela Coalition for Rainforest Nations. Nessa página, as reduções e remoções de carbono, verificadas pela CQNUMC e registradas sob o Acordo de Paris no Lima REDD+ Information Hub, podem ser compradas por partes interessadas públicas e privadas.
UNFCCC	Apoio financeiro	O Green Climate Fund (GCF) é um fundo estabelecido no âmbito da CQNUMC como uma entidade operacional do Mecanismo Financeiro para auxiliar os países em desenvolvimento nas práticas de adaptação e mitigação para combater as mudanças climáticas. O objetivo do GCF é “apoiar projetos, programas, políticas e outras atividades nas Partes de países em desenvolvimento usando janelas de financiamento temáticas”. A intenção é que o GCF seja a peça central dos esforços para aumentar o financiamento climático no âmbito da CQNUMC. No total, 10 propostas de financiamento aprovadas podem ser encontradas ao pesquisar por “abordagem de paisagem”. Os títulos dos projetos se referem explicitamente a “abordagem de adaptação baseada em ecossistemas”, “paisagens sustentáveis”, “abordagem integrada”, “gestão de paisagens baseada na comunidade”. Além disso, a página da Web lista 13 projetos de REDD+ que estão em processo de implementação.
UNFCCC	Diretrizes normativas	As decisões oficiais da CQNUMC no contexto do JREDD+ estão relacionadas, por exemplo, às modalidades de medição, relatório e verificação das reduções de carbono, ao desenvolvimento de níveis de referência de emissões florestais e às salvaguardas.
UNFCCC	Capacitação	Organização de workshops interseccionais realizados sobre Gestão sustentável de terra e água, incluindo estratégias integradas de gerenciamento de bacias hidrográficas, para garantir a segurança alimentar .

Acordo Internacional	Como essas estruturas podem influenciar a adoção das LA/JAs?	Detalhes
UNFCCC	Capacitação	O Adaptation Knowledge Portal (Portal de Conhecimento sobre Adaptação) é um recurso on-line da UNFCCC Knowledge-to-Action Hub for Climate Adaptation and Resilience (Centro de Conhecimento para Ação da CQNUMC para Adaptação e Resiliência Climática (também chamado de Nairobi Work Programme (NWP)). O NWP atende às necessidades de conhecimento identificadas pelas Partes e àquelas decorrentes da implementação da estrutura de adaptação de Cancun, bem como a outros grupos de trabalho e órgãos relevantes da Convenção. O Portal de Conhecimento sobre Adaptação oferece acesso livre e aberto a recursos de conhecimento sobre adaptação. O portal fornece informações sobre o trabalho do NWP, sua rede de mais de 400 organizações parceiras líderes e diversificadas, bem como oportunidades de engajamento. Seu banco de dados contém vários documentos sobre adaptação baseada em ecossistemas, como um relatório de síntese do Secretariado da CQNUMC, relatório de workshop técnico, resumos de políticas ou relatórios científicos.
CBD, UNFCCC, UNCCD	Apoio financeiro	O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) atua como um mecanismo financeiro para a CDB, a CQNUMC e a CNUCD. O financiamento do GEF promove abordagens integradas. A nova estratégia do GEF 2020 enfatiza a necessidade de apoiar mudanças transformadoras e obter impactos em uma escala mais ampla. A estratégia determina que o GEF se concentre nos fatores de degradação ambiental e aborda a importância de apoiar amplas coalizões de partes interessadas comprometidas e atividades inovadoras e escalonáveis. Os três programas – Fomentando a Sustentabilidade e a Resiliência para a Segurança Alimentar na África Subsaariana, Cidades Sustentáveis e Eliminando o Desmatamento das Cadeias de Suprimento de Commodities – testarão a aplicação de abordagens mais integradas que tratam de desafios ambientais globais discretos e com prazo determinado. No setor de commodities, o GEF e o PNUD lançaram uma forte Parceria para o Bom Crescimento (GGP - Good Growth Partnership) de US\$ 500 milhões em 2017. A Parceria levou sua abordagem integrada ao Brasil, Paraguai, Libéria e Indonésia. Até o momento, contribuiu para o estabelecimento de 13 plataformas subnacionais e nacionais de múltiplas partes interessadas lideradas pelo governo, comprometidas com a legalização e a implementação de planos de ação de longo prazo para produzir óleo de palma, carne bovina e soja sustentáveis.
CBD	Diretrizes normativas	A CDB fornece orientação operacional , bem como princípios para a aplicação da abordagem ecossistêmica como a principal estrutura de ação.
CBD	Capacitação	A CDB fornece um banco de dados sobre estudos de caso que utilizam a abordagem ecossistêmica, um livro de referência sobre a abordagem ecossistêmica que visa facilitar a implementação de projetos que utilizam a abordagem ecossistêmica, bem como um boletim eletrônico sobre a abordagem ecossistêmica . Além disso, os relatórios de síntese dos workshops técnicos da CDB fornecem dados sobre EbA.
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Capacitação	A Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável foi “revitalizada” sob a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Seu objetivo é facilitar um intenso engajamento global em apoio à implementação de todos os objetivos e metas, reunindo governos, sociedade civil, setor privado, sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis. Sua Plataforma de Parcerias contém 6.740 projetos de compromisso voluntário e parcerias multissetoriais feitas em apoio à implementação dos ODSs. Ao usar os termos de pesquisa “abordagem jurisdicional” e “abordagem de paisagem”, 40 projetos (0,6%) podem ser filtrados. Desses 40 projetos, pelo menos 15 não têm como objetivo gerenciar sistemas de uso da terra, deixando apenas 0,4% dos projetos registrados como potencialmente relevantes para JA/LAs.
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Capacitação	O SDG Knowledge Hub contém notícias, artigos de convidados, resumos de políticas e eventos relacionados à implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo todos os 17 ODS. Para o ODS 15, o conteúdo emitido refere-se explicitamente à Abordagem da Paisagem, Abordagem do Ecossistema, Gestão Sustentável da Terra ou REDD+. Para a Abordagem de Paisagem, o centro de conhecimento (Knowledge Hub) contém um resumo de política, quatro artigos de convidados e um grande número de artigos de notícias.
Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra	/	/

Anexo III: Iniciativas transnacionais lideradas por organizações e governos internacionais, regionais ou nacionais que auxiliam e possibilitam o projeto e a implementação de LA/JAs

Parte interessada	Nome da iniciativa	Como elas abordam a LA/JAs	Progresso até o momento	Participação do setor privado
	PROGREEN	Fundo fiduciário de vários doadores que apoia os esforços dos países para melhorar os meios de subsistência e, ao mesmo tempo, combater o declínio da biodiversidade, a perda de florestas, a deterioração da fertilidade da terra e o aumento dos riscos, como incêndios florestais descontrolados, que são exacerbados pelas mudanças climáticas. Por meio de uma abordagem de paisagem integrada, o PROGREEN visa ajudar os países a cumprir suas metas e compromissos nacionais e globais de desenvolvimento sustentável, incluindo a redução da pobreza, de maneira econômica. O Pilar 1 do programa tem o objetivo de aumentar a área de terra sob gestão integrada para melhorar os meios de subsistência, apoiar o desenvolvimento econômico e manter e restaurar os serviços de ecossistema. O Pilar 2 reduzirá a demanda de conversão de terras para a agricultura por meio de uma melhor gestão das terras agrícolas. O Pilar 3 reduzirá a mudança no uso da terra impulsionada por setores além da agricultura, como infraestrutura, mineração e transporte.	Em agosto de 2020, o Conselho de Parceria aprovou o primeiro Plano de Trabalho Anual e Orçamento do PROGREEN. O plano acordado apoiará programas nacionais na Argentina, Etiópia e Gana, e programas regionais na Ásia Central, no Oásis do Norte da África e no Sahel.	Como tema transversal, o PROGREEN visa a aumentar a colaboração e o investimento do setor privado na redução do desmatamento e da perda de habitat. Por meio de análises aprofundadas e atividades de divulgação, o PROGREEN identifica e apoia a alavancagem de investimentos do setor privado em projetos e cadeias de valor.
Banco Mundial	Iniciativa do BioCarbon Fund para Paisagens Florestais Sustentáveis (ISFL)	Com base nos mais de 15 anos de experiência do BioCarbon Fund, a ISFL está criando um portfólio de programas que promoverá agricultura sustentável, silvicultura e práticas mais inteligentes de uso da terra em uma abordagem integrada. A ISFL compreende a necessidade de novas ferramentas e abordagens para lidar com o desmatamento, mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aproveitando o estímulo nos níveis internacional, nacional e subnacional, as abordagens de uso inteligente da terra em relação ao clima – aplicadas nos setores agrícola, florestal e de outros usos da terra – oferecem soluções inovadoras e eficazes para enfrentar os desafios multifacetados do desmatamento e da mudança no uso da terra. A ISFL está trabalhando para trazer essas abordagens para o primeiro plano, reunir as partes interessadas e disseminar as práticas recomendadas e as lições aprendidas.	Em operação desde 2013. Atualmente apoia programas na Colômbia, Etiópia, Indonésia, México e Zâmbia. Resultados do programa listados para cada programa nacional.	O envolvimento do setor privado é um dos quatro principais pilares da ISFL.
	Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF - Forest Carbon Partnership Facility)	O FCPF apoia os esforços do REDD+ por meio de seus fundos de preparação e de carbono. O Fundo de Preparação do FCPF ajuda os países a estabelecer a base para implementar o REDD+. Isso inclui a elaboração de estratégias nacionais de REDD+, o desenvolvimento de níveis de referência de emissões, a elaboração de sistemas de medição, comunicação e verificação e a criação de arranjos nacionais de gestão de REDD+, incluindo salvaguardas ambientais e sociais adequadas. Para ter permissão para participar do Fundo de Carbono, os países precisam seguir o Quadro Metodológico do Fundo de Carbono do FCPF na elaboração de seu programa de REDD+.	Lançado em 2008, o FCPF trabalha com 47 países. Desses 47 países, apenas 15 finalizaram os programas de REDD+ e foram autorizados a participar do Fundo de Carbono. Até o momento, apenas um país recebeu pagamentos por reduções de emissões no Fundo de Carbono (Relatório Anual de 2021).	Até o momento, a BP Technology Ventures é a única entidade do setor privado que fornece financiamento para o Fundo de Carbono.
NICFI (Noruega), Reino Unido, EUA e empresas como Amazon, Bayer, Unilever, etc.	Coalizão Reduzindo Emissões por Aceleração do Financiamento Florestal (LEAF - Lowering Emissions by Accelerating Forest)	O objetivo da Coalizão é interromper o desmatamento financiando a proteção em larga escala de florestas tropicais em países inteiros ou grandes estados e províncias (“jurisdições”) por meio de programas que envolvam todas as principais partes interessadas, inclusive os povos indígenas e comunidades locais.	Em 2021, a Coalizão mobilizou US\$ 1 bilhão em financiamento.	Iniciativa público-privada.
Os membros fundadores incluem os estados da Califórnia e Illinois nos EUA, Amapá, Pará, Mato Grosso, Amazonas e Acre no Brasil e Aceh e Papua na Indonésia.	Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF-TF – Governors’ Climate and Forests Task Force)	A GCF-TF é uma colaboração subnacional de 39 estados e províncias. Em sua essência, o GCF-TF tem como objetivo reduzir o desmatamento por meio de abordagens jurídicas, promovendo a boa governança ambiental, o financiamento verde, a proteção dos direitos dos IPLCs e o avanço das vias de desenvolvimento de baixa emissão. Em 2014, o GCF-TF assinou a Declaração de Rio Branco, comprometendo seus signatários a reduzir o desmatamento em seus estados e províncias em 80% até 2020. O financiamento fornecido ao GCF-TF visa apoiar os estados e as províncias a desenvolver, com parceiros da sociedade civil, estratégias jurídicas específicas e planos de investimento para REDD+ e desenvolvimento de baixas emissões. Outro fluxo de financiamento apoia intervenções jurídicas estratégicas.	De 2017 a 2020, 35 estados e províncias membros de florestas tropicais do GCF-TF desenvolveram e atualizaram estratégias jurídicas e planos de investimento para REDD+ e desenvolvimento de baixas emissões	O GCF-TF promove parcerias com partes interessadas dos setores público e privado em vários níveis – desde líderes empresariais e da cadeia de suprimentos até povos indígenas e comunidades locais.
Consumer Goods Forum (CGF - Fórum de Bens de Consumo)	Coalizão de Ação Positiva para Floresta	A coalizão é liderada por 21 empresas com um valor total de mercado de cerca de US\$ 2 trilhões para tomar medidas coletivas e acelerar os esforços sistêmicos para eliminar o desmatamento, a degradação e a conversão florestal nas principais cadeias de suprimento de commodities, ao mesmo tempo em que apoia o gerenciamento, a conservação e a restauração sustentáveis das florestas. O objetivo é utilizar as LA/JAs para alcançar impactos ambientais e sociais positivos, incluindo a conservação, restauração e melhoria das condições de vida locais, para além das suas cadeias de suprimentos e em larga escala, por meio da colaboração e inovação com outras partes interessadas. Há quatro elementos principais de sua nova estratégia publicada em 2021: passar de negócios livres de desmatamento para negócios positivos para as florestas; de compromissos para ações; de fornecimento próprio para fornecedores e paisagens; e maximizar o impacto coletivo por meio de ações de toda a Coalizão.	As conquistas podem ser encontradas aqui e incluem a publicação do roteiro para óleo de palma , soja e papel e celulose , ou o lançamento da Landscape Engagement Ambition (Ambição de envolvimento com a paisagem) para transformar as paisagens de produção.	Liderado pelo setor privado.
FAO, PNUD e PNUMA	Programa UN-REDD	O trabalho global do Programa UN-REDD sobre abordagens e planejamento de paisagens visa sintetizar experiências sobre planejamento do uso da terra/planejamento espacial para acelerar a implementação do REDD+, por meio de eventos de compartilhamento de conhecimento e produtos de conhecimento.	Publicou um relatório sobre ferramentas para o planejamento integrado do uso da terra para REDD+, resumos informativos ou desenvolveu tutoriais de GIS para apoiar os países anfitriões de REDD+ na realização de análises espaciais.	

Parte interessada	Nome da iniciativa	Como elas abordam a LA/JAs	Progresso até o momento	Participação do setor privado
PNUD e PNUMA (Fundado pela GEF)	Programa de Apoio Global ao Plano Nacional de Adaptação (NAP-GSP – National Adaptation Plan Global Support Programme)	De acordo com a Estrutura de Adaptação de Cancun, os NAPs foram introduzidos para identificar as necessidades de adaptação e desenvolver planos de ação para atender a essas necessidades. O artigo 7 do Acordo de Paris exige que os países desenvolvam, se apropriado, NAPs. Como uma atividade do Programa de Apoio Global ao Plano Nacional de Adaptação (NAP-GSP), o PNUMA foi solicitado a desenvolver Diretrizes Complementares para a Integração de Abordagens Baseadas em Ecossistemas (EbA – Ecosystem-based Approaches) nos NAPs. Isso contribuirá para as discussões da CQNUMC e ajudará os países a entender por que, onde, quando e como as EbAs podem ser integradas aos NAPs.	Diretrizes suplementares para as Diretrizes Técnicas de NAP da CQNUMC publicadas sobre a integração das EbAs aos NAPs.	
FAO		A “Gestão integrada de paisagens” para serviços ecossistêmicos e biodiversidade” é um dos três fluxos de trabalho do Programa Estratégico 2 da FAO sobre serviços ecossistêmicos e biodiversidade. A Divisão de Terra e Água é o ponto focal da FAO para o ILM.	Como parte de seu trabalho, a FAO implementou e implementa, por exemplo, projetos financiados pelo GEF sobre ILM e publica relatórios .	
Iniciativa de comércio sustentável da IDH	Abordagem Produzir, Proteger e Incluir (PPI)	A IDH reúne empresas, governos, agricultores, comunidades e sociedade civil para criar modelos de governança sustentável em áreas ou paisagens tropicais de abastecimento. Por meio da abordagem PPI, a IDH cria áreas onde os produtos agrícolas são cultivados de forma sustentável (Produção), as florestas e os recursos naturais são protegidos (Proteção) e as comunidades prosperam (Inclusão). As abordagens de PPI funcionam por meio de várias intervenções importantes: planejamento do crescimento verde, pactos de PPI, governança da paisagem e criação de vínculos com o mercado. A IDH tem como objetivo proteger e restaurar 5 milhões de hectares de paisagens vulneráveis até 2030 com a abordagem PPI.	Aplicar a abordagem PPI em 22 paisagens em 13 países. Para vincular as coalizões de paisagens aos mercados e ajudar a aumentar sua escala, a IDH criou o SourceUp .	O setor privado é um parceiro central da IDH em suas abordagens de PPI.
IUCN	Estratégia de sustentabilidade e inclusão para corredores de crescimento na África (SUSTAIN-Africa) e SUSTAIN Pro	SUSTAIN-Africa é uma iniciativa de 10 anos liderada pela IUCN que começou em 2014. Ela foi criada para implementar o desenvolvimento de paisagens resilientes ao clima na Tanzânia e em Moçambique e, em última análise, para apoiar a transição de trajetórias econômicas habituais para trajetórias econômicas que combinem crescimento futuro da FL em cenários de mudança climática e requisitos sociais variados para diferentes regiões do globo; Explorar abordagens de melhores práticas (BPA - best practice approaches) que abrangem as dimensões sociopolíticas, ecológicas e econômicas das transições de paisagens; Desenvolver materiais adequados de divulgação e educação da FL, bem como esquemas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a serem implementados no local e atender às necessidades de diferentes grupos de partes interessadas.	O Relatório de progresso do SUSTAIN-Africa disponível está aqui .	O setor privado foi mencionado como uma parte interessada relevante para o SUSTAIN e o SUSTAIN Pro.
IUFRO	Força-tarefa sobre transformação de paisagens florestais	A Força-Tarefa tem como objetivo fornecer a base científica para a transformação de paisagens florestais (FL - forest landscapes) em sistemas de uso da terra resistentes ao clima que atendam a todo o espectro de requisitos de serviços ecossistêmicos (ES - ecosystem service) das sociedades atuais e futuras. Isso inclui as seguintes atividades em colaboração com profissionais e partes interessadas locais: Desenhos de cenários e projeções para o desenvolvimento futuro da FL em cenários de mudança climática e requisitos sociais variados para diferentes regiões do globo; Explorar abordagens de melhores práticas (BPA - best practice approaches) que abrangem as dimensões sociopolíticas, ecológicas e econômicas das transições de paisagens; Desenvolver materiais adequados de divulgação e educação da FL, bem como esquemas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a serem implementados no local e atender às necessidades de diferentes grupos de partes interessadas.	Três áreas temáticas: (1) análises e projeções de cenários, (2) abordagens de melhores práticas para preservação, restauração e gestão adaptativa de áreas florestais e (3) programa educacional e de divulgação de áreas florestais. As publicações podem ser encontradas aqui .	Elaboração de tópicos específicos de P&D para o setor privado
Rainforest Alliance, Verra e Conservation International	LandScale	Iniciado em 2019, o LandScale é um esforço colaborativo para promover melhorias em escala, tornando informações confiáveis sobre a sustentabilidade da paisagem amplamente disponíveis para os tomadores de decisão. Dessa forma, o LandScale oferece uma abordagem guiada para avaliação de desempenho da paisagem por meio de uma plataforma digital. Seu objetivo é fornecer dados e insights necessários para conectar as partes interessadas da paisagem com iniciativas de paisagem. Além disso, o LandScale fornece validação das declarações que as partes interessadas podem fazer sobre seus próprios marcos de avaliação, desempenho da paisagem e contribuição para o desempenho da paisagem.	O LandScale fornece resultados de 17 avaliações em nível de paisagem.	O objetivo é permitir que o setor privado e outras partes interessadas gerem e comuniquem informações confiáveis sobre a sustentabilidade da paisagem. No entanto, a maioria dos projetos da LandScale é encomendada por ONGs ambientais.
CIFOR & ICRAF	Iniciativa COLANDS	Desde 2018, a organização de pesquisa CIFOR operacionaliza abordagens de paisagem durante um período de 5 anos como parte da iniciativa COLANDS em três países tropicais – Indonésia, Burkina Faso e Zâmbia – ao longo de cinco anos. Nesse trabalho, o CIFOR usa abordagens de paisagem para enfrentar os desafios das comunidades desses países e observar o processo de implementação e a aceitação local de tais abordagens. Além disso, o CIFOR contribui para estudos científicos sobre abordagens de paisagem.	O CIFOR transmite os resultados da iniciativa COLANDS.	
WWF (Financiado de 2016 a 2019 pela Climate KIC e pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia)	Landscape Finance Lab	O Landscape Finance Lab tem como objetivo cocriar paisagens sustentáveis, apoiando os profissionais da paisagem na definição do escopo, estruturação, projeto e financiamento de abordagens de paisagens, inovando o financiamento por meio da estruturação de portfólios de investimento em paisagens e veículos de investimento em cooperação com investidores, e fornecendo capacitação para investidores e gestores de terras em abordagens de paisagens.	Vários resultados já foram alcançados, incluindo um pipeline desenvolvido de projetos de paisagens sustentáveis passíveis de investimento, avaliados em US\$ 1 bilhão, em 15 países.	Fornecer serviços para o setor financeiro e buscar conectar o setor financeiro com projetos paisagísticos.
Fórum Global de Paisagens (GLF - Global Landscapes Forum)		O GLF dedica-se à abordagem de paisagens e tem como objetivo catalisar um movimento nesse sentido. O GLF intermedia conexões entre setores e escalas. O fórum oferece uma plataforma para vozes frequentemente marginalizadas de comunidades em todo o mundo, especialmente para mulheres, jovens e comunidades rurais, indígenas e locais. Os cinco temas temáticos do trabalho do GLF incluem restauração, finanças, direitos, alimentos e meios de subsistência, e medição do progresso.	Desde 2013, o GLF conectou mais de 7.000 organizações em sua rede, teve 185 países envolvidos em seus eventos e alcançou mais de um bilhão de pessoas por meio do trabalho de mídia.	Setor privado central para as atividades de alcance e rede do GLF.
Earth innovation Institute	Green Jurisdictions Database	A Green Jurisdictions Database (GJD) agrega dados disponíveis sobre florestas, emissões de carbono, produção agrícola, junto com indicadores sociais, políticas e programas para apoiar estados e províncias em regiões de florestas tropicais que pretendem se envolver em JA. A GJD permite analisar uma série de indicadores, incluindo produção agrícola, pecuária, desenvolvimento social e econômico e governança em nível subnacional.	A GJD fornece dados sobre florestas e desenvolvimento sustentável em 55 jurisdições de florestas tropicais.	Além dos governos regionais, o banco de dados também tem o objetivo de apoiar investidores e compradores de commodities, bem como compradores de créditos de carbono florestal em suas tomadas de decisão.

Parte interessada	Nome da iniciativa	Como elas abordam a LA/JAs	Progresso até o momento	Participação do setor privado
Fórum Econômico Mundial	Rede de Ação Jurisdicional - Centro de Recursos JA (TFA)	O centro atende a organizações que buscam promover Abordagens Jurisdicionais que apoiam a produção e o fornecimento responsáveis de commodities com risco florestal. Isso é feito por meio do aproveitamento do conhecimento e da experiência dos parceiros da TFA, complementa os esforços em andamento, promove histórias de sucesso e explora questões transversais em diversas iniciativas jurisdicionais. Mais especificamente, o objetivo é impulsionar e mobilizar o setor privado para tomar ações coletivas que criem impulso em distritos, províncias e estados que buscam se tornar sustentáveis.	O centro fornece várias ferramentas para as partes interessadas, incluindo guias sobre as medidas práticas que as empresas podem tomar para apoiar iniciativas jurisdicionais ou pensamento crítico sobre como e por que as iniciativas jurisdicionais fazem progressos mensuráveis.	Parceria e plataforma de múltiplas partes interessadas com o objetivo explícito de facilitar a ação do setor privado.
EcoAgricultural Partners (co-liderado pela Rainforest Alliance, Conservation International, UNDP Landscape Finance Lab e Tech Matters)	1000 paisagens para 1 bilhão de pessoas	A iniciativa visa fornecer soluções substanciais de capacitação, facilitação de redes e financiamento para cumprir o objetivo de fornecer soluções de paisagem em 1.000 paisagens para 1 bilhão de pessoas até 2030.		A iniciativa visa fornecer soluções substanciais de capacitação, facilitação de redes e financiamento para cumprir o objetivo de fornecer soluções de paisagem em 1.000 paisagens para 1 bilhão de pessoas até 2030.
ISEAL	Ações corporativas eficazes em paisagens e jurisdições: práticas de orientação	O SEAL tem como objetivo garantir que as alegações de sustentabilidade feitas por jurisdições, iniciativas de paisagens e empresas que as utilizam ou apoiam sejam confiáveis.	O ISEAL desenvolveu uma série de práticas para orientar como as empresas podem apoiar e investir nas LA/JAs e declarar as suas contribuições de forma transparente e credível.	O público-alvo do ISEAL é o setor privado.
Rede de Agricultura Sustentável (RAS)	Blueprint for Sustainable Landscapes (Projeto para paisagens sustentáveis); TerraViva,	A RAS é uma rede colaborativa global de organizações. Um dos objetivos da RAS é desenvolver um conjunto prático e multinível de ferramentas para promover melhorias de sustentabilidade de longo prazo em uma paisagem. A ferramenta prevista servirá como um "projeto" para a sustentabilidade em uma determinada região, fornecendo uma avaliação confiável de como as fazendas e outros usos da terra estão contribuindo atualmente para esse objetivo, além de simplificar e aumentar o trabalho dos sistemas padrão e de outros que estão funcionando na região. Ele também ajudará no desenvolvimento de caminhos viáveis pelos quais os agricultores podem melhorar suas práticas e ajudará as instituições financeiras a projetar veículos de investimento melhores para apoiar esses esforços.	Atualmente, o Blueprint for Sustainable Landscapes está sendo testado em campo na Colômbia. Além disso, a RAS iniciou recentemente a fase piloto do TerraViva, uma abordagem de gestão de paisagem liderada pela comunidade.	
Global Forest Watch	A Abordagem de Commodities/Jurisdicção	A abordagem visa reunir os compromissos corporativos de redução do desmatamento nas cadeias de suprimentos com programas de escala nacional e subnacional ("jurisdicionais") que estão reduzindo o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa, alavancando o poder e os recursos combinados dos setores público e privado. Para isso, a iniciativa está avaliando programas de escala nacional e subnacional por especialistas independentes para verificar a consistência com uma série de critérios estabelecidos pelas empresas fornecedoras para fornecimento preferencial.	Incerto	Provedor de serviços diretos para empresas, usando perspectivas corporativas sobre como LA/JAs devem ser.
Iniciativa de Estrutura de Responsabilidade (AFI)		A AFI (Accountability Framework Initiative) é um esforço colaborativo para criar e ampliar cadeias de suprimentos éticas para produtos agrícolas e florestais por meio do desenvolvimento de princípios orientadores.	Princípio Fundamental 10 sobre colaboração para sustentabilidade setorial e de paisagem. O princípio afirma que as empresas devem contribuir para iniciativas globais, jurisdicionais e setoriais para enfrentar os principais desafios sociais e ambientais relacionados às suas operações e cadeias de suprimentos.	Orientação para o setor privado
RSPO	Estrutura Piloto da Abordagem Jurisdicional	A RSPO tem como objetivo alavancar seu impacto para tornar o óleo de palma sustentável a norma. Além da abordagem convencional de certificação, em que o foco está na usina e em sua base de fornecimento, a RSPO está procurando ampliar essa abordagem para um nível jurisdicional. No contexto do óleo sustentável, isso envolverá a certificação da produção e do processamento de produtos de óleo de palma em nível jurisdicional que utiliza um modelo específico de desenvolvimento de paisagem jurisdicional.	A Estrutura Piloto da Abordagem Jurisdicional da RSPO está disponível para uso pelas partes interessadas. A estrutura piloto oferece orientação e uma estrutura para o desenvolvimento de JAs para a certificação de óleo de palma sustentável, que seguirá os Padrões da RSPO e definirá uma abordagem gradual que seja coerente em todas as regiões.	JA é uma estrutura para Certificação de Grupo que aloca requisitos legais e autoridade a uma Entidade Jurisdicional (JE), com um corpo diretivo de múltiplas partes interessadas, provavelmente incluindo também representantes do setor privado, que estabelecerá um Sistema de Controle Interno para facilitar a conformidade total com os Padrões da RSPO.
VERRA	Estrutura REDD+ Aninhada (JNR) e Jurisdicional do VCS	A Estrutura REDD+ Aninhada e (JNR) Jurisdicional do VCS é uma estrutura de contabilidade e verificação para programas de REDD+ jurisdicionais e projetos aninhados. Ela foi projetada como uma estrutura de contabilidade e crédito pronta para o mercado para catalisar atividades de conservação florestal de alto impacto que produzem Co benefícios importantes para as comunidades que as mantêm e, ao mesmo tempo, apoiam os governos nacionais no alcance de suas metas climáticas de longo prazo. Versão 4 lançada em 2021.	Não tem conhecimento dos projetos de JNR existentes. Versão 4 da estrutura JNR lançada em 2021.	Setor privado central para a demanda futura do mercado de créditos da JNR.
ART	TREES - O Padrão de Excelência Ambiental REDD+	TREES - O Padrão de Excelência Ambiental REDD+ (The REDD+ Environmental Excellence Standard) é o padrão da ART para a quantificação, monitoramento, relatório e verificação das reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa (GEE) das atividades REDD+ em escala jurisdicional e nacional.	Nenhum projeto até o momento.	Setor privado central para a demanda futura do mercado de créditos da JNR.

Autor

Frederik Buchholz

Analista Sr. de Políticas Públicas,
Florestas

Autoras do estudo de caso da Indonésia

Nur Arifiandi

Líder Regional, Políticas Públicas e
Regulação, Florestas, CDP SEA&OC

Devyandra Putri

Analista Sr. de Políticas Públicas e Relações
Governamentais, CDP SEA&OC

Autores do estudo de caso do Brasil

Francisco Gandolfi de Tulio

Analista de Políticas Públicas e Florestas,
CDP Latin America

Maria Clara Nascimento

Coordenadora CSTAR,
CDP Latin America

Agradecimentos

Thomas Maddox
Helen Finlay
Claire Prescott
Norma Mercedes Pedroza Arceo
Miriam Garcia
Andre Socrates
Raíssa Saré
Rebeca Rocha

Agradecimento especial à:

Hugo Rosa da Conceicao

Supported by: **Walmart Foundation**

Walmart  **org**

A pesquisa incluída neste relatório foi possível graças ao financiamento do *The Walmart Foundation*. As descobertas, conclusões e recomendações apresentadas neste relatório são de responsabilidade exclusiva do beneficiário e não refletem necessariamente as opiniões do *The Walmart Foundation*.

Sobre o CDP

O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que administra o sistema mundial de divulgação ambiental para empresas, cidades, estados e regiões. Fundada em 2000 e trabalhando com mais de 740 instituições financeiras com mais de 136 bilhões de dólares em ativos, o CDP foi pioneiro na utilização dos mercados de capitais e das aquisições empresariais para motivar as empresas a divulgar os seus impactos ambientais e a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, salvaguardar os recursos hídricos e proteger as florestas. Quase 24.000 organizações em todo o mundo divulgaram dados através do CDP em 2023, incluindo mais de 23.000 empresas que valem metade da capitalização de mercado global e mais de 1.100 cidades, estados e regiões. Totalmente alinhado com a TCFD, o CDP detém a maior base de dados ambientais do mundo, e as pontuações do CDP são amplamente utilizadas para orientar decisões de investimento e aquisição no sentido de uma economia com zero emissões de carbono, sustentável e resiliente. O CDP é membro fundador da iniciativa Science Based Targets, We Mean Business Coalition, The Investor Agenda e a iniciativa Net Zero Asset Managers. Visite cdp.net ou siga-nos @CDP para saber mais.